

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

Irwing de Araujo Brasil

**A IMAGEM DO SERVIÇO SOCIAL PARA OS NOVOS ALUNOS DA ESCOLA DE
SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ**

Rio de janeiro
2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

Irwing de Araujo Brasil

**A IMAGEM DO SERVIÇO SOCIAL PARA OS NOVOS ALUNOS DA ESCOLA DE
SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social

Orientador: Charles Toniolo de Sousa

Rio de janeiro
2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

Irwing de Araujo Brasil

A IMAGEM DO SERVIÇO SOCIAL PARA OS NOVOS ALUNOS DA ESCOLA DE
SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

Banca Avaliadora:

Fátima Grave Ortiz
Maristela Dal Moro

Orientador: Charles Toniolo de Sousa

Rio de janeiro
2015

AGRADECIMENTOS

Á Deus por me dar a vida e me sustentar até aqui.

À minha família por me apoiar em todos os momentos, me dando liberdade e o tempo necessário para concluir o curso.

Aos docentes da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro por decidirem democratizar o conhecimento deles e se empenharem no ensino.

Aos meus amigos que adquiri nesta instituição, por tudo que passamos juntos, seja me sala de aula ou fora dela, por todas as alegrias e crises que vivenciamos.

Aos meus amigos de outros lugares, pelas palavras de confiança, por poder esquecer dos assuntos da universidade e relaxar com eles.

Aos calouros das turmas de 2014.2 por permitirem que eu observasse-os para a produção deste trabalho.

Ao CASS José Paulo Netto por participarem da minha aproximação com os calouros durante as aulas trote.

RESUMO

BRASIL, Irwing de Araujo. **A imagem do serviço social para os novos alunos da escola de serviço social da UFRJ**. Rio de Janeiro: ESS/UFRJ, 2015.

Assim como a profissão, a imagem do Serviço Social se transformou ao longo de sua trajetória histórica. Inicialmente concebido como evolução da ajuda pela sociedade, assim como pelos assistentes sociais. Apenas no transcorrer do ciclo autocrático burguês que a categoria profissional romperia com a concepção tradicional do Serviço Social e construiria uma nova autoimagem para a profissão. Esta que se consolidou na década de 1990, e desde então luta por reconhecimento da sociedade. Atualmente, a imagem do Serviço Social representa esta tensão entre o velho e o novo Serviço Social.

Os alunos da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por sua vez, são atraídos para o curso portando esta imagem tensionada da profissão. Elementos do Serviço Social tradicional se mesclam com a nova autoimagem da profissão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL E SUA IMAGEM	10
1.1 As protoformas do Serviço Social e sua imagem clássica	10
1.2 A consolidação da imagem tradicional do Serviço Social	18
1.3 Os agentes da mudança	25
1.4 A erosão do Serviço Social tradicional e a construção da nova autoimagem	30
1.5 A consolidação da nova autoimagem	40
1.6 Considerações sobre a imagem do Serviço Social	53
2 OS NOVOS ALUNOS E A IMAGEM DO SERVIÇO SOCIAL	57
2.1 <i>Forma de acesso</i>	58
2.2 <i>Projeto pedagógico da ESS/UFRJ</i>	59
2.3 <i>Observações de campo</i>	60
2.3.1 <u>Aulas trote</u>	61
2.3.2 <u>Aulas de Introdução ao Serviço Social</u>	66
2.4 <i>Entrevistas</i>	68
2.4.1 <u>Perfil</u>	70
2.4.2 <u>Como conheceram o Serviço Social</u>	72
2.4.3 <u>Identidade</u>	73
2.4.3.1 Profissão de pobres para pobres	73
2.4.3.2 Orientação profissional	74
2.4.3.3 Indicação	75
2.4.4 <u>Profissionalização da ajuda</u>	76
2.4.4.1 Voluntariado	77
2.4.4.3 Não é ajuda	77
2.4.5 <u>Mercado de trabalho e Prática profissional</u>	78
2.4.5.1 Execução e Planejamento	78
2.4.5.2 Por dentro e por fora do Estado	79
2.4.5.3 Docência e Pesquisa	80
2.4.5.4 A prática do afeto	84
2.5 <u>Remuneração</u>	81
2.6 <u>Dimensão política</u>	82
2.6.1 Profissional na defesa de direitos	83
2.7 <u>Formação</u>	84
2.8 <u>“Psicólogo, só que não”</u>	85
2.9 <u>Messianismo</u>	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	89
ANEXOS	92

INTRODUÇÃO

No processo histórico do Serviço Social a imagem da profissão tem destaque nos debates da categoria, sofrendo transformações nos seus poucos anos de existência, sendo motivo de disputas no interior da profissão devido sua importância política.

No decorrer da graduação, o aluno de Serviço Social começa a participar deste debate, discutindo sobre o papel da profissão e do profissional na reprodução da sociedade capitalista. Durante as disciplinas de Serviço Social é estudada a história da profissão, as mudanças que ocorreram no interior da mesma e no perfil dos assistentes sociais. Ao adentrar no campo de estágio, o mesmo aluno se defronta com os limites e possibilidades da prática profissional, tornando-se mais evidente as dificuldades em se concretizar o atual projeto ético-político profissional dos Assistentes Sociais. Ao longo desse tempo é inevitável que a concepção que o aluno tem sobre o Serviço Social seja alterada.

Desta forma, devido aos debates presenciados, dentro e fora da academia, considerando a importância que a imagem da profissão tem sobre o espaço ocupado e a prática realizada pela mesma, surgiu o interesse de estudar a imagem do Serviço Social.

Antes de iniciar o estudo aqui proposto, é necessário definir o conceito de imagem utilizado.

Segundo Kosik (2002), no decorrer de seu cotidiano, por causa e através de suas necessidades e dos determinantes históricos, o sujeito conhece, utiliza e manipula cada objeto conforme suas necessidades práticas e objetivas, e desta forma cria para si conceitos sobre os mesmos. Estes conceitos possibilitam que tal sujeito se oriente pelo mundo, apesar de não compreender a totalidade da realidade. Ou seja, compreende-se que a essência de um objeto não é imediatamente reconhecida pelo sujeito que se depara com o mesmo; pelo contrário, entende-se que o primeiro contato é realizado com sua manifestação fenomênica, com isso, torna-se necessário realizar um esforço para que sua essência seja apreendida.

Todavia, o autor chama a atenção para o fato de que o fenômeno e a essência não são desconectados entre si, e não pertencem a realidades diferentes. Acrescenta que o fenômeno apresenta parte da essência, ao mesmo tempo em que também a oculta. Embora o fenômeno possua estrutura, ordem e legalidade própria, que podem ser descritas, o mesmo não é capaz de revelar a relação entre fenômeno e essência de um mesmo objeto. Desta forma, é necessário realizar um esforço para se compreender a essência dos objetos, isto que é possível apenas através das manifestações fenomênicas destes. Ou seja, é necessário realizar um estudo diligente onde se apreenda como a essência se apresenta e se oculta no fenômeno, para que assim, a mesma possa ser alcançada pelos sujeitos.

Desta forma, como o intuito deste trabalho é estudar a imagem do Serviço Social, assim como em Ortiz (2010), partir-se-á do pressuposto de que a imagem produzida e reproduzida pela profissão está diretamente vinculada aos determinantes históricos presentes ao longo da trajetória da mesma. Com isso, deve ser considerado o papel desempenhado pela profissão ao longo do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o espaço ocupado na divisão sócio-técnica do trabalho e as particularidades da mesma. Desta forma, é concebido que a imagem, assim como a essência, não é estática, estando sempre em construção, desconstrução. Realidade esta que quando aplicada no Serviço Social, entende-se o porquê deste assunto ser um importante palco de estudo e disputa dentro da categoria.

Considerando que a imagem do Serviço Social é dinâmica, estando em frequente disputa no interior da profissão, ou seja, não é natural e imutável, mas uma construção social que é dirigida por e através de classes e sujeitos sociais. Assim como a atual hegemonia apresentada no interior da profissão, este estudo considerará o atual projeto ético-político do Serviço Social como sua autoimagem.

O público alvo do estudo são os segmentos da sociedade que, de algum modo, buscam o Serviço Social como escolha profissional.

Dado os limites deste trabalho, a pesquisa se limitou em analisar os recém-chegados alunos da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esta escolha se deu pelo fato do autor ser aluno da instituição.

O trabalho está dividido em duas partes. No primeiro capítulo é apresentada a imagem do Serviço Social ao longo da trajetória profissional. No segundo capítulo são analisadas as informações obtidas com a pesquisa de campo.

As informações levantadas junto aos calouros foram seu perfil socioeconômico, assim como lhes foram perguntados como conheceram o Serviço Social, por que se interessaram pela área, o que imaginam ser o Serviço Social e as competências do profissional, e o que pensam ser necessário para ser um assistente social.

1 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL E A SUA IMAGEM

1.1 *As protoformas do serviço social e sua imagem clássica*

Na fase monopolista do capitalismo o Estado é redimensionado para atender as novas demandas apresentadas, pois “Na idade do monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômicas desde dentro, e de forma contínua e sistemática.” (NETTO, 2007, p. 25).

Assim, o Estado – que até então atuava como guardião da propriedade privada, intervindo apenas de maneira pontual em momentos de crise – assume funções diretas e indiretas, desde assumir riscos em setores pouco rentáveis ou resgate de empresas com problemas econômicos à capacitação da força de trabalho e investimento em pesquisa. Ou seja, “[...] o Estado atua como um instrumento de organização da economia, operando notadamente como um administrador dos ciclos de crise” (NETTO, 2007, p. 26).

Entre suas novas funções “[...] a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem [...]” (NETTO, 2007, p. 26). Com isso, o Estado se responsabiliza não apenas com a produção e reprodução de toda força de trabalho, mas também com a manutenção de seu nível de consumo – que é de extrema importância para a realização das mercadorias e assim, a obtenção dos superlucros pelos monopólios.

Todavia, a chegada da fase dos monopólios se dá junto ao fortalecimento da organização dos trabalhadores, sendo então necessário que a máquina estatal absorva esta classe e suas demandas, a fim de manter sua legitimidade social, mas não ao ponto de colocar em risco os interesses da burguesia. Ou seja, o Estado assume a existência da “questão social”¹, intervindo continuamente sobre a mesma – intervenção que apenas é exercida devido

¹ Sobre a “questão social”, ver Cinco notas sobre a “questão social” In: Netto (2007).

à pressão desempenhada pela massa proletária organizada. Contudo as “[...] respostas positivas a demanda das classes subalternas podem ser oferecidas na medida exata em que elas mesmas podem ser refuncionalizadas para o interesse direto e/ou indireto da maximização dos lucros.” (NETTO, 2007, p. 29).

Esta intervenção continuada do Estado sobre a “questão social” é realizada sobre diferentes formas, sendo uma delas as políticas sociais – “[...] intervenção que fragmenta em problemas autonomizados, mas que se realiza sistemática, contínua e estrategicamente, em respostas que transcendem largamente os limites da coerção sempre presente.” (NETTO, 2007, p. 80) – que se configuram em um novo espaço de manifestação da “questão social”, onde é possível ver a latente disputa de interesses entre as classes sociais, além de um novo espaço sócio-técnico na divisão social do trabalho. Desta forma, surge a demanda por novos profissionais, qualificados para trabalharem na intermediação entre o Estado e o proletariado, atuando na execução e no planejamento das novas políticas sociais.

No Brasil dos anos 1920, em resposta ao enfraquecimento da influência que exercia na sociedade, a Igreja Católica criou a Ação Social, sendo esta um movimento confessional formado por leigos, na sua maioria mulheres da burguesia, com o intuito de doutrinar o país e aumentar a presença da Igreja na sociedade.

Na década seguinte foi trazida da Europa a Ação Católica para lidar com a crescente mobilização dos trabalhadores que colocavam em pauta a “questão social”². Este movimento de caráter neotomista se baseava nos preceitos das encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*; sendo assim, entendia a desigualdade como natural e necessária para a harmonia da sociedade, e a “questão social” como problema moral e religioso.

Além disso, compreendia a sociedade como uma unidade e defendia a intervenção estatal na “questão social”, pois esta teria o propósito de servir o bem comum, ou seja. “O

² Sobre o surgimento da “questão social” no Brasil, ver Iamamoto e Carvalho (2013).

Estado deve assim preservar e regular a propriedade privada, impor limites legais aos excessos da exploração da força de trabalho e, ainda, tutelar os direitos de cada um, especialmente dos que necessitam de amparo.” (IAMAMOTO, 2011, p. 18).

Desta forma, caberia à Igreja auxiliar o Estado nessa tarefa, promovendo sua doutrina entre o proletariado, afastando-o da influência socialista e harmonizando as classes, para que pudessem viver em “comunidade”. A Igreja se contrapunha ao comunismo e ao liberalismo, se apresentando como uma terceira via – o comunitarismo ético cristão.

Segundo Barroco (2010), o enfrentamento moral da “questão social” é sustentado ideologicamente pelo conservadorismo moral, legitimado pelo pensamento positivista e neotomista. A moralização da “questão social” por sua vez retira o caráter político e socioeconômico da mesma ao analisa-la focando no indivíduo e nas consequências morais.

Ainda sobre o positivismo, este defende a manutenção da ordem e da autoridade, entendendo que qualquer esforço para que se mantenha a harmonia social é uma ação altruísta.

A mesma autora afirma que o positivismo e o pensamento católico são a base formadora de valores da sociedade brasileira no início do século XX:

[...] ambos se opõem as ideias liberais e socialistas; negam a participação da mulher na vida pública (no trabalho e na política), defendem a preservação da família tradicional e uma determinada conduta moral repressiva que vincula o papel da mulher a determinados atributos entendido como parte da sua “natureza.” (BARROCO, 2010, p.77).

Uma vez que as atividades da Ação Católica apresentavam fundamentos e características do pensamento conservador, o Estado e a burguesia investiram institucional e politicamente na mesma, transformando-a em uma de suas respostas à “questão social”. Segundo Ortiz, o Estado e a Igreja Católica se uniram no enfrentamento das expressões da “questão social” em um:

[...] projeto reformista-conservador, cujos objetivos eram, em última análise: modernizar o Brasil, capacitando-o para ingressar definitivamente no circuito capitalista internacional; e conter e/ou esvaziar a mobilização e a organização política da classe trabalhadora. (2010, p. 116).

A fim de dar um caráter mais profissional e capacitar seus agentes, em 1932, foi criado o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), por iniciativa da burguesia e da Igreja Católica. Tal instituição tinha como objetivo a formação de agentes sociais baseada na doutrina social católica e em estudos dos problemas sociais, para que assim, os trabalhos sociais possuíssem uma orientação definida e alcançassem maior grau de eficiência segundo os padrões de seus criadores. Vale destacar que o primeiro curso ministrado na instituição recebera o nome de: “Curso Intensivo de Ação Social para Moças”; cursado principalmente por jovens mulheres solteiras, filhas da burguesia.

Em 1936, por intermédio do CEAS, a Igreja criou a Escola de Serviço Social de São Paulo – a primeira instituição nacional destinada à formação técnica especializada em Serviço Social.

No mesmo ano, ocorreu a Primeira Semana de Ação Social do Rio de Janeiro, ocasião onde se encontraram importantes membros da Ação Católica, assim como representantes do Estado e da burguesia. Neste encontro foi mais uma vez declarado que Estado e Igreja uniriam esforços para trabalharem junto ao proletariado e as causas sociais, além de ser reconhecida a necessidade de formação de agentes técnicos especializados em assistência.

No período em questão, o Rio de Janeiro – capital nacional – era o centro político e econômico do Brasil, sendo um dos polos industriais e principal centro de serviços do país, além de conter importantes instituições católicas e apresentar grande concentração de trabalhadores.

Estes fatores favoreceram o surgimento de instituições e cursos dedicados à formação técnica especializada de assistentes sociais na cidade. Entre elas, vale destacar o curso de Preparação em Trabalho Social na Escola de Enfermagem Ana Nery (1940), que

posteriormente viria a se tornar a Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro³ (1967), como primeira iniciativa federal na formação de assistentes sociais.

Assim, as práticas e referências organizacionais e institucionais dos leigos envolvidos na Ação Católica puderam ser redimensionadas, permitindo a criação de um novo profissional que atenderia a necessidade dos novos postos de trabalho surgidos com a intervenção do Estado na “questão social” através das diversas políticas sociais: o assistente social.

Desta forma, segundo Netto (2007), instaura-se o Serviço Social como profissão; produto da continuidade das práticas filantrópicas e assistenciais existentes na sociedade burguesa, mas principalmente, da ruptura com as mesmas. Isto é, apesar da forte relação entre a profissão e estas práticas, o que define o Serviço Social como profissão é a criação de um espaço sócio-ocupacional que demanda a inserção do assistente social no mercado de trabalho, pois, apenas quando seus agentes se transferem para organizações não confessionais, é que estes agentes iniciam seu processo de profissionalização.

Por consequência disto, o Serviço Social se distancia das tradicionais práticas de caridade em dois aspectos: sua base de legitimação deixa de ser a vocação do sujeito, passando a ser o Estado que intervém na “questão social” e seus aparatos institucionais; e por se tornar uma intervenção material e ideológica na família trabalhadora com o intuito de reafirmar as relações sociais existentes e a cooperação entre patrões e assalariados.

Contudo, “A presença da Igreja como tradicional mantenedora de obras de caridade, e depois como organizadora dos primeiros cursos de Serviço Social, sem dúvida, lançou fortes argumentos para a *identificação do Serviço Social como uma mera evolução da caridade.*” (ORTIZ, 2010, p. 126 – grifo meu).

Sem uma base técnica significativa, as Escolas se ocupariam em cristalizar nos alunos características comportamentais e valores morais, juntamente com a doutrina social católica; e

³ Objeto de estudo deste trabalho

utilizariam os métodos interventivos inspirados no Serviço Social europeu. Desta forma, o “[...] Serviço Social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias do que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador.” (IAMAMOTO, 2011, p. 21).

Segundo Iamamoto, as Escolas de Serviço Social entendiam que:

O Assistente Social deveria, assim: ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem corresponder as qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotado de [...] qualidades inatas [...] devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer etc. (2013, p. 233-234)

Para que o candidato fosse aceito no curso de Serviço Social, o mesmo deveria apresentar determinados pré-requisitos que não se limitavam à capacidade intelectual ou escolaridade, tais como: faixa etária – eram aceitas candidatas entre dezoito e quarenta anos de idade; apresentação de cartas de referência; passar por exames médicos – não podendo apresentar algum tipo de deficiência; origem familiar de acordo com os padrões sociais. Além destes pré-requisitos, o candidato não poderia participar de outros cursos a não ser de idiomas e datilografia. Ter relações com pessoas importantes e de influência na sociedade era valorizado, pois tal conhecimento poderia facilitar o encaminhamento de algumas ações profissionais.

Analisando o perfil de assistente social pretendido na formação das primeiras escolas, assim como seus critérios de seleção de alunos, percebe-se que o Serviço Social, assim como seus agentes, percebia a profissão como uma extensão de suas personalidades, como profissionalização da ajuda. Sendo a formação moral mais relevante que os conhecimentos técnicos e teóricos. Além do notável esforço de se criar uma imagem de perfeição, elite moral.

Ortiz (2010) ao analisar as primeiras turmas de Serviço Social chegou a algumas conclusões sobre a imagem da profissão.

Neste primeiro momento, *as principais motivações dos assistentes sociais eram de cunho pessoal, religioso e/ou altruísta*. Além do mais, as pioneiras não apenas acreditavam na doutrina católica, eles possuíam um histórico de militância – defesa e propagação – dos valores cristãos, considerando tal atividade como sua *vocação*. Desta forma, carregavam em si um sentimento voluntário e messiânico que permaneceu com elas ao longo de sua formação e atuação profissional.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2013), as Escolas de Serviço Social facilmente atraíam pessoas envolvidas em atividades de caridade e religiosa, uma vez que estas *relacionavam o Serviço Social e suas práticas ao altruísmo, ao servir a humanidade*. Ainda indicam que esse fato cria para os profissionais uma imagem de “*modernos agentes da caridade e da justiça social*” (p.246 – grifo meu). Acrescentando que:

Essa caracterização contribui para obscurecer e dar aparência de qualidades *profissionais, neutras e caridosas*, a um projeto de classe. A adesão dos agentes a esse projeto [...] é naturalizada, espiritualizada, assume a representação de *utilidade social*, do *servir ao próximo* e à humanidade, da *ação desinteressada*. (p.246 – grifo meu).

Ortiz (2010) continua sua análise afirmando que o sentimento de vocação entre seus agentes trouxe consequências ao Serviço Social, pois ao confundir profissão com vocação os assistentes sociais apresentavam desinteresse no aperfeiçoamento profissional, pois entendiam que questões morais não poderiam ser aprendidas em salas de aula ou através de cursos.

Assim concluindo que a priorização da moral e sentimento de vocação repercutiu de tal maneira que propiciou a construção de uma imagem em que a *formação teórica não seria necessária para o assistente social*, bastando apenas possuir o perfil moral desejado para exercer a profissão, não sendo necessário muito estudo.

Outro importante ponto destacado pela mesma autora é a *predominância feminina* no quadro profissional do Serviço Social – que perdura até hoje. Entende isto como consequência das relações de gênero de uma sociedade influenciada pelo pensamento conservador.

A partir do momento que ao homem é atribuído uma identidade empreendedora, combativa, racional e objetiva; e a mulher uma identidade de cuidadora, modesta, compassiva e conciliadora; a inserção da mulher no mercado de trabalho através de uma profissão que – de acordo com o pensamento conservador – visa amparar os necessitados, ajudar os pobres e lidar com os desajustados aconteceria de maneira natural.

Ao que Barroco acrescenta que:

A origem social das mulheres que ingressam nas primeiras Escolas de Serviço Social vincula-se ao pensamento católico e às classes dominantes; como mulheres e católicas, são influenciadas pelos padrões da moral conservadora. As determinações postas por esta origem social e gênero influem na *formação de um perfil potencialmente adequado a atividades educativas, de cunho moralizador*. (2010, p. 76 – grifo meu).

Montaño (2007) afirma que esta característica do Serviço Social como profissão feminina, em uma sociedade machista, confere a profissão uma imagem subalterna. Uma vez que a mulher é concebida como ajudadora e auxiliadora, os assistentes sociais também são percebidos como tal.

Vale destacar que até hoje a profissão é majoritariamente feminina.

A análise dos elementos do discurso do Serviço Social neste período realizada por Iamamoto e Carvalho (2013) mostra que a categoria profissional compreendia a “questão social” como um problema moral e individual, desconsiderando a possibilidade de ser um problema estrutural; concebia a profissão como *ajuda profissionalizada*, a *caridade* que se apropria da tecnologia; e que competia ao profissional *ajustar e tutelar a classe trabalhadora*:

[...] os assistentes sociais veem a necessidade de intervir na crise de “formação moral, intelectual e social” da família [...] através de uma ação educativa de longo alcance, para que se obtenha um padrão de vida que lhe possibilite um “mínimo de bem-estar material”, a partir do qual se poderá sua reeducação moral. Procuram, portanto [...] *minorar de forma autoritária e paternalista* esses problemas de ordem material. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2013, p.217 – grifo meu).

Fica claro no discurso dos assistentes sociais a hierarquização da relação entre profissional e usuário.

Netto (2007) afirma que no primeiro momento após a profissionalização do Serviço Social, as práticas dos assistentes sociais não se diferiam das práticas assistencialistas dos agentes da Ação Católica.

Montaño (2007), por sua vez, chama atenção para o fato de que as pioneiras da profissão assumiram para si o entendimento de que o Serviço Social era evolução da caridade. Porém isso não deve ser considerado como indicação da essência da profissão. Em outro momento, ao criticar a análise endogenista da profissão, diz que ao se desconsiderar a historicidade do processo de profissionalização do Serviço Social, comete-se o erro de entender a profissão como evolução da caridade.

De acordo com a crítica do autor, este entendimento da profissão permanece até hoje entre alguns setores da academia.

1.2 *A consolidação da imagem tradicional do Serviço Social*

Com a instituição do Estado Novo, em 1937, a política econômica passou a favorecer a industrialização do país, além disso, se aprofundou o modelo corporativista de Estado. Neste momento a burguesia industrial participava diretamente da gestão do Estado, assim como houve um crescimento do proletariado urbano, fruto do processo de consolidação da indústria no Brasil. Ocorria uma constante chegada de novos trabalhadores nas cidades, os quais não se encontravam adaptados com a vida e o trabalho urbano. Desta forma, era necessário que o Estado os absorvesse em sua estrutura corporativa, para neutralizar possíveis setores autônomos e revolucionários, enquanto reproduzia a força de trabalho necessária para a indústria.

Para além da violência, a ditadura varguista⁴ incorporou algumas reivindicações populares com o intuito de influenciar as massas e obter sua legitimação. Tais reivindicações

⁴ O Estado Novo foi um período ditatorial. Ver Yamamoto e Carvalho (2013).

foram atendidas através de reconhecimento de direitos, porém, atrelados à estrutura corporativa do Estado. Neste momento ocorreu uma intensificação da participação do Estado na “questão social”, nas suas sequelas, através de um amplo desenvolvimento de instituições previdenciárias e assistenciais que visavam atender as demandas da industrialização e enquadrar os trabalhadores neste processo⁵.

A partir de então, os assistentes sociais passam a atuar legitimados jurídica e institucionalmente. Todavia, foi preservado o *caráter educador da profissão*, que visa ajustar o trabalhador a ordem social, todavia, se dando através de ações metódicas e burocráticas.

As instituições sociais que surgiram neste período se apresentavam como mercado de trabalho crescente para os assistentes sociais, o que proporcionou a ampliação do ensino do Serviço Social, assim como a alteração das bases de legitimação e a prática profissional.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2013) o Serviço Social consegue se distanciar de sua origem católica e se consolidar profissionalmente a partir e no mercado de trabalho proporcionado pelo surgimento e desenvolvimento das grandes entidades assistenciais.

Os autores ainda apontam que os assistentes sociais constituíam uma categoria assalariada na qual o Estado se tornou seu principal empregador. Com isso, “O significado social do Serviço Social pode ser apreendido globalmente apenas em sua relação com as políticas sociais do Estado, implementadas pelas entidades sociais e assistenciais”. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2013, p. 327).

Aqui começa um movimento de “tecnificação do Serviço Social”, os assistentes sociais são visto mais como profissionais do que apóstolos. As instituições passam a exigir caráter mais técnico de seus agentes, e desta forma o Serviço Social se vê na necessidade de aprimorar e legitimar sua intervenção.

⁵ SESI, SENAI, Instituto Leão XII, LBA, Previdência Social.

Desde sua gênese o Serviço Social tem se relacionado fortemente com o Estado, este constituindo o seu principal mercado de trabalho. Sendo assim, não era incomum que as instituições de formação profissional se adaptassem às demandas do Estado. Por sua vez, esta relação constitui uma das características da imagem do Serviço Social, isto é, a associação dos assistentes sociais ao *serviço público*.

O Serviço Social passou a ser buscado por outros setores da sociedade. Neste momento se ampliou o recrutamento de assistentes sociais oriundos de outras camadas populacionais – principalmente da pequena burguesia e da classe média, porém também havendo crescente interesse por parte de setores subalternos – pelas Escolas especializadas.

O setor médio urbano passou a ver o Serviço Social como alternativa de meio de sustento, assim como de ascensão social. Todavia, Iamamoto considera outros fatores para explicar a grande procura desse segmento da sociedade pela profissão, uma vez que o salário era baixo e existiam outras profissões capazes de garantir um *status* social mais elevado. Por isso, a autora entende que buscavam:

[...] oportunidade de realizar uma 'vocação', inspirada em motivações religiosas ou claramente políticas [...] buscava-se no Serviço Social, além de uma remuneração econômica, uma possibilidade de 'recompensa por dever cumprido'. (IAMAMOTO, 2011, p. 48-49 – grifo meu).

Por trás desta motivação existia uma imagem de *profissão altruísta vocacional, nobre e servil*. Entretanto, neste momento começa a ser alterado o perfil socioeconômico dos assistentes sociais.

Mesmo com esta ampliação das bases de recrutamento, neste período, era comum a demanda exceder o quantitativo de profissionais. Desta forma, algumas prefeituras estabeleciam bolsas de estudos para aqueles que desejassem estudar Serviço Social; entretanto, os interessados deveriam se comprometer em trabalhar nas mesmas. Outra medida adotada foi a criação dos cursos intensivos de formação de auxiliares sociais.

Segundo Iamamoto e Carvalho, “Até o fim desta década, o número de Assistentes Sociais diplomados será pouco superior a 300, concentrando-se em São Paulo [...] e no Distrito Federal, com esmagadora maioria de mulheres.” (2013, p.198).

Com relação à prática profissional, Netto (2007) afirma que as políticas sociais são compostas de duas dimensões: formulação e implementação. Sendo “Neste âmbito que está posto o mercado de trabalho do assistente social: ele é investido como um dos agentes executores das políticas sociais.” (p.74), posição esta na qual o profissional “[...] contempla procedimentos diferenciados (da administração microscópica de recursos à implementação de serviços).” (p.74).

Concordando com o autor supracitado, Ortiz ainda afirma que “É exatamente este lugar, melhor dizendo, este tipo de requisição feita ao sujeito profissional, que irá forjar um determinado perfil profissional, capaz de responder aos propósitos do projeto reformista-conservador brasileiro”. (2010, p. 128).

Devido a estas características, o assistente social adquiriu a imagem de *profissional subalterno, mero executor de políticas públicas*. Aqui é negado o caráter intelectual da profissão; o Estado exige apenas um técnico burocrático que siga as normas preestabelecidas.

Montaño (2007) aponta que, até hoje, o caráter da demanda atribuída aos assistentes sociais, que principalmente é o trabalho de ponta exigindo ação imediata, faz com que alguns profissionais não se estimulem ou não percebam a importância de se qualificar. Desta forma, estariam reproduzindo a subalternidade da profissão.

Imamamoto e Carvalho (2013) apontam diversos elementos comuns à atuação do Serviço Social nas instituições sociais deste período: trabalho auxiliar, função secundária nas instituições; atuação focada nos setores mais vulneráveis; triagem e encaminhamento; pesquisa e classificação de demandas; distribuição de auxílio e controle dos beneficiários:

O que parece caracterizar o projeto de prática profissional do Serviço Social é a *ação de cunho educativo*, de transformação das representações e atitudes dos indivíduos; ação persuasiva de inculcação que não nega, no entanto, a existência, a

partir de campos específicos, de variações na relação entre intervenção técnica-ação ideológica. Serão, no entanto, *técnicas essencialmente vinculadas à palavra, à motivação, escuta e interpretação* que, em geral, se englobam na ação de “enquadramento” da clientela. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2013, p. 339 – grifo meu).

Nas palavras de Ortiz:

[...] ainda que tais quadros profissionais estivessem inseridos formalmente no mercado de trabalho, a partir da entrada nas grandes instituições socioassistenciais, observa-se a permanência de *vários aspectos presentes tanto no decorrer da intervenção profissional quanto nas práticas filantrópicas anteriores*. (2010, p. 126 – grifo meu).

A permanência das práticas filantrópicas, por sua vez, fortalece a imagem do Serviço Social como ajuda e, por sua vez, a ideia de não ser necessário se qualificar teoricamente para intervir profissionalmente. Os elementos da prática institucionalizada solidificam a profissão como educadora, moralizante e de caráter estritamente executor.

Inicialmente a profissão recebeu grande influência do Serviço Social europeu. Posteriormente, a partir dos anos 1940, do Serviço Social norte-americano. Utilizava do conceito de comunidade como base analítica da sociedade e a solidariedade como princípio norteador das relações sociais, conjugado a filosofia humanista cristã, enquanto atualizava seus métodos interventivos com base na razão:

Este arranjo teórico-doutrinário-operativo permite que a profissão mantenha o seu *caráter missionário*, atualizando as marcas de origem e atendendo, concomitantemente, às exigências de tecnificação que lhe impõe a modernização da sociedade e do Estado. (IAMAMOTO, 2011, p. 28 – grifo meu).

Importante destacar que a influência norte-americana aproximou o Serviço Social brasileiro à sociologia conservadora norte-americana, esta que era influenciada pela Psicologia. Em decorrência disso, os assistentes sociais brasileiros tenderam substituir a moralização das expressões da “questão social” pela *psicologização* das mesmas.

Como aponta Netto (2007), a psicologização das relações sociais ultrapassa a ideia de responsabilizar o indivíduo por suas realizações, este processo deseconomiza e internaliza no indivíduo as expressões da “questão social”. A partir desta concepção, as intervenções

apresentam características terapêuticas, agindo na personalidade do indivíduo através de medidas de ajustamentos que visam induzir o comportamento desejado pela sociedade.

Quanto às formas de intervenção, os assistentes sociais adotaram os métodos norte-americanos de Serviço Social de Caso (abordagem individual, com caráter terapêutico, propondo mudanças de comportamento) e de Grupo (abordagem em pequenos grupos através de reuniões com caráter terapêutico, visando solucionar problemas interpessoais e a integração ativa na comunidade).

Esta aproximação das práticas profissionais com às da Psicologia fariam com que o Serviço Social fosse confundido com a mesma. Assim, os assistentes sociais são considerados os profissionais que escutam os problemas, que ajudam as pessoas a resolverem seus conflitos pessoais, alguém com quem desabafar.

Seguindo o estudo de Iamamoto e Carvalho (2013) acerca dos discursos presentes nos congressos da categoria durante a década de 1940, é possível captar alguns elementos constituintes da imagem da profissão.

Os autores apontam para o Congresso Pan-Americano de 1945 em que uma pequena parcela de assistentes sociais que defendiam “[...] um Serviço Social ao lado dos operários [...]” (2013, p. 347), entretanto, esta proposta foi amplamente descartada pela categoria que permanecia firme na concepção *de neutralidade e conciliação de classes*.

Aqui os profissionais continuam negando o caráter político da profissão, se colocando como neutros, sem interesses, cujo trabalho é trazer harmonia para a sociedade.

Considerando a perspectiva conservadora, o trabalho de conciliar as classes é concebido como uma ação altruísta, logo, apesar do distanciamento da Igreja e a institucionalização do Serviço Social, as atividades profissionais continuariam a ser vistas como altruísmo.

O Segundo Congresso Pan-Americano (1949) apresenta um discurso secularizado focado na técnica e na Psicologia, onde se foram definidas novas qualidades profissionais:

[...] "deve ser equilibrado psico-afetivamente para eliminar os conflitos e não ser causa dos mesmos"; *o Assistente Social não pode ser encarado como cientista, mas "como o utilizador das técnicas de base científica*, nos problemas de ajustamento do homem à coletividade e de integração do mesmo em si próprio" [...] (IAMAMOTO E CARVALHO, 2013, p. 351 – grifo meu).

Sobre esta diferenciação sobre "cientistas" e técnicos vale citar Montaño:

Quando o Serviço Social é entendido como uma "tecnologia", nas suas diversas versões, *não corresponde a ele a produção de conhecimentos científicos*, apenas a importação do acervo teórico das "ciências" e a sua aplicação na prática. [...] Esta relação polarizada: ciência/técnica, teoria/prática, determina uma [...] *subalternidade do assistente social* [...] em relação ao "cientista" como pessoa, às "ciências" tidas como profissões ou aos conhecimentos científicos como norteadores da sua prática profissional. (2007, p. 114 – grifo meu).

Aqui os próprios profissionais negam o caráter intelectual da profissão, assumindo sua subalternidade mediante aos outros profissionais.

Uma vez que o principal mercado de trabalho do assistente social são as políticas públicas – mais especificamente na execução das mesmas – e dada a característica do pensamento positivista de fragmentar a realidade (MONTAÑO, 2007), o Serviço Social é entendido como uma profissão estritamente técnica-interventiva.

Em 1947 foi elaborado o primeiro Código de Ética dos assistentes sociais, documento sem respaldo político uma vez que este antecede a regulamentação da profissão e de seus conselhos (Lei 3252 de 1957 e o Decreto 994 de 1962), contudo de suma importância dada sua finalidade de normatizar e legitimar a prática profissional.

Barroco (2001) aponta que este documento foi fundamentado pelos pressupostos positivistas e neotomistas que constituíam a moral conservadora (neutralidade, moralização das relações sociais, valores universais absolutos, centralidade na família).

Os "desajustados" são definidos como alvo da intervenção profissional, demonstrando o "sincretismo" das influências do Serviço Social europeu e norte-americano.

No documento a ação profissional fica subordinada à intenção ética-moral dos assistentes sociais, e era exigida a formação moral dos profissionais para que pudessem cumprir seus compromissos com Deus.

Em suma, no Código de 1947 o Serviço Social reafirma seu consentimento com a imagem socialmente dada a ele.

Este período marca a inserção do Serviço Social nas instituições sociais, trabalhando na execução de políticas públicas. Uma vez que no decorrer da trajetória histórica da profissão o espaço ocupado pelo profissional, assim como as competências a atribuídas ao mesmo permanecerão as mesmas até hoje; a imagem social da profissão apresentada até aqui sofrerá poucas mudanças. Ou seja, a institucionalização do Serviço Social é o principal momento para a consolidação da imagem tradicional do Serviço Social.

Em 1957, o Serviço Social foi regulamentado como profissão (Lei 3.527), no documento fica evidente a *imagem de profissional executor, técnico*.

1.3 Os agentes da mudança

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2013), dos anos 1950 até início dos 1960 o Brasil adotou o Desenvolvimentismo. Isto quer dizer que durante este período os esforços nacionais estavam focados para a superação do subdesenvolvimento. Desta forma, era promovido o crescimento econômico através da aceleração da industrialização nacional, assim como a dinamização da economia brasileira na relação com o capital internacional, provocando mudanças concretas na sociedade brasileira.

Esta ideologia defendia que a expansão econômica teria como consequência a superação do pauperismo e da miséria, além da conquista da soberania nacional e o estabelecimento da paz e da ordem social, ou seja, seria benéfico para toda a sociedade. Por

isso, e por valorizar o brasileiro, este discurso apresentado pelo Estado era capaz de mobilizar a sociedade contra o subdesenvolvimento.

Com isso, o processo de industrialização no Brasil se intensificou, primeiramente com a substituição dos produtos importados, posteriormente com o processo que foi nomeado como industrialização pesada. O país investiu nas indústrias de base, surgiram grandes agências estatais e se ampliou as indústrias de bens de consumo. Tais transformações ocasionaram um êxodo rural, inchando as cidades de trabalhadores e intensificando a “questão social”.

De acordo com os mesmos autores, a princípio, o Serviço Social não se ocupava com as ações desenvolvimentistas, dado a subordinação da intervenção na “questão social” ao crescimento econômico. Contudo, neste momento o Serviço Social se favoreceu da crescente demanda causada do crescimento econômico para consolidar suas práticas e aprofundar suas experiências profissionais, principalmente nas empresas.

Entretanto, com a expansão das atividades ligadas ao Desenvolvimentismo e a reforma das instituições sociais, o Serviço Social percebeu a necessidade de se adaptar à nova ordem e atualizar seus métodos, a fim de se sintonizar com o projeto desenvolvimentista e reafirmar sua relevância social.

A base teórica e metodológica tradicional do Serviço Social brasileiro se mostrou insuficiente para atender as demandas geradas por esse agravamento da “questão social”. Então, os assistentes sociais procuraram novos conhecimentos que lhes permitissem se adaptar ao cenário nacional. De acordo com Netto (2011) esta busca por aprimoramento e adaptação as mudanças societárias fizeram com que o Serviço Social se aproximasse de disciplinas sociais que discutiam questões macrossocietárias, o que acarretou na ampliação do pensamento profissional que até então se ocupava principalmente com questões microssocietárias e individuais.

Neste período, aderindo ao Desenvolvimentismo, foi incorporada entre os profissionais a prática do Desenvolvimento de Comunidade; que, através de equipe multiprofissional, procurava mobilizar e organizar grupos populacionais para a promoção do desenvolvimento econômico e social da comunidade. Assim, mais uma vez foi ampliado mercado de trabalho do Serviço Social, porém, agora o assistente social participava de aparelhos de administração e decisão do Estado, lidando com questões de gestão de recursos e presente em ambientes políticos, o que lhe deu certo reconhecimento, tendo sua prática profissional valorizada.

Ainda segundo o autor, em pouco tempo esta prática profissional atraiu grande parte do quadro profissional, principalmente os mais jovens. Isto ocorreu devido à influência das Ciências Sociais e o cenário político sobre os profissionais, assim como a percepção dos mesmo que o Desenvolvimento em Comunidade apresentava maior relevância e eficiência mediante o contexto nacional. E com isso, neste momento os profissionais começaram a se desvincular da imagem de apóstolos para assumirem a imagem de *agentes da mudança*.

Isto quer dizer que o Serviço Social passa a conceber a reforma da sociedade através da reforma da estrutura, não apenas da reforma moral e individual.

Os fatores supracitados se desdobraram em três elementos que apontavam para a erosão do Serviço Social tradicional: o reconhecimento de que a profissão precisava se adaptar as demandas da sociedade, ou correria o risco de perder sua relevância; a *necessidade de aperfeiçoamento técnico, científico e cultural dos profissionais*; e a *reivindicação de outras funções além da de executor de políticas públicas*.

Entretanto, segundo Netto (2011), a crise do Serviço Social tradicional apenas se deflagrou no início da década de 1960 com o aprofundamento e a problematização do processo democrático no Brasil, que se desdobrou de quatro formas diferentes na profissão: o amadurecimento dos assistentes sociais através do contato com outros profissionais,

movimentos sociais, políticos e núcleos administrativos; a influência sobre a categoria profissional exercida por católicos progressistas e/ou de esquerda que participavam ativamente da militância política e cívica; a introdução do movimento estudantil nas escolas de Serviço Social; e a referência crítica e popular-nacionalista presente nas Ciências Sociais. Neste momento, no interior da categoria abriu-se espaço para *crescente a crítica às práticas e representações tradicionais do Serviço Social e o surgimento de diferentes projetos que disputavam a hegemonia*.

Na década de 1960, o país permanece operando sob a lógica desenvolvimentista, porém agora de caráter mais social, preocupado com o desenvolvimento integral da nação. Neste momento foi realizada uma reforma institucional para adaptá-las ao novo cenário e se propunha a reforma agrária. A educação ganhou destaque, sendo concebida como meio de transformar o Brasil. E se estabelece a liberdade sindical.

Nas palavras de Yamamoto e Carvalho:

[...] propõe, enfim, um desenvolvimento harmônico e humano. Percebendo a causa da crise na crise moral e político-social, propõe soluções moralizantes, justiça social e solidariedade. Preocupado com a racionalidade, exige um planejamento democrático e a integração nacional. (2013, p. 366).

O cenário era favorável para o crescimento do Serviço Social, mas para isso, a profissão precisava se atualizar e adaptar a demanda do Estado que o convocava para integrar diversas frentes na aplicação do Desenvolvimento da Comunidade.

Segundo Elias e Oliveira, neste período “[...] o Serviço Social foi regulamentado em nível federal, novas escolas foram implantadas notando-se um significativo crescimento quantitativo da profissão.” (2008, p.70).

Ainda segundo os autores supracitados, durante o Desenvolvimentismo surgiu uma nova concepção de prática profissional:

Esta perspectiva significou *um rearranjo da função educativa da prática profissional* dos assistentes sociais consolidada, sobretudo através das propostas de Desenvolvimento de Comunidade (D.C.). Tais propostas enfatizavam a *participação* como eixo central de processos de *integração e promoção social*. Nelas a

participação passou a constituir-se uma esfera pragmática da intervenção profissional nas relações sociais. (ELIAS E OLIVEIRA, 2008, p. 70 – grifo meu).

Abreu e Cardoso (2009) acrescentam que o redimensionamento da prática do Serviço Social lhe atribuiu uma perspectiva de globalidade.

Neste período a função educativa do Serviço Social é exaltada, o que fortalece a sua imagem como educador e mobilizador das massas. Além disso, ampliou os horizontes da prática profissional, apesar de sua intervenção ainda apresentar cunho moralista e psicossocial.

Os assistentes sociais, animados com a nova conjuntura, reproduziam o discurso de *profissional a serviço do desenvolvimento*, isto é, entendiam como dever se alinhar as políticas do Estado, e se enxergavam como um dos atores principais para a transformação social – o que por sua vez é uma reconfiguração do messianismo profissional.

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2013), o Serviço Social se orientava pela *perspectiva modernizadora e levemente reformista*. Pretendia resolver os grandes problemas macrossociais por meio de intervenções técnicas:

Fica assim definida a dimensão de progressismo a que adere o Serviço Social. No limite, perdura a perspectiva de modernização, de facilitar o movimento do capital e permanência das relações sociais capitalistas. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2013, p. 376).

Estudos e trabalhos foram elaborados para legitimar o profissional e a importância do Serviço Social no projeto de transformação da sociedade. Com isso, a categoria ganhou seu espaço entre os demais profissionais, *participando mais ativamente da formulação e planejamento de políticas e programas*.

O Decreto 994 de 1962 regulamenta o Serviço Social e pela primeira vez seus Conselhos. Diferente da lei anterior, ao assistente social é atribuído como prerrogativa o *planejamento e a assessoria*, entretanto, estas seriam limitadas a questões do Serviço Social.

Vale ressaltar que a constituição de Conselhos apresenta uma *imagem mais técnica e profissional* ao Serviço Social, uma vez que agora tem órgão representativo e fiscalizador.

Em 1965, devido à regulamentação jurídica da profissão, as transformações da conjuntura nacional e debate metodológico dentro da categoria, o Código de Ética Profissional do assistente social foi atualizado.

De acordo com Barroco (2010), o Código de 1965 continua reproduzindo a filosofia neotomista, apresentando perspectiva despolitizada e acrítica das relações sociais em que se encerem a prática profissional, corroborando assim, com a manutenção da ordem vigente.

Todavia, ele também indica uma direção ética liberal ao relacionar a ética profissional à demanda da modernidade, *considerando o Serviço Social uma profissão de natureza técnica-científica*. Desta forma, *os deveres do profissional não possuem mais caráter religioso, mas de obrigatoriedade com a lei*. Inclusive estabelecendo que a atuação dos profissionais em instituições públicas deveriam *respeitar os princípios democráticos*, visando alcançar uma ordem social justa.

Outro ponto importante deste documento é o *reconhecimento da diferenciação filosófica, política e religiosa entre os profissionais*, não mais compreendidos como bloco homogêneo.

Apesar destes avanços, o Código continua a *moralizar a prática profissional através do comportamento dos assistentes sociais*.

Importante ressaltar que, sintonizados com as transformações em andamento na sociedade brasileira, os assistentes sociais assumem compromisso com o Desenvolvimentismo. E considerando o caráter reformista do Código de 1965, percebe-se seu alinhamento com a perspectiva da modernização conservadora dentro do processo de renovação do Serviço Social – resposta brasileira ao Movimento de Reconceituação e a necessidade de adaptar a profissão às necessidades do regime autocrático burguês.

1.4 A erosão do Serviço Social tradicional e a construção da nova autoimagem

No fim da década de 1960 até início da década seguinte ocorreu um grande crise estrutural no capitalismo, os anos de prosperidade pós Segunda Guerra chegavam ao seu fim, em torno do globo surgem trabalhadores e movimentos sociais questionando o modelo urbano-industrial vigente. Para além das questões econômicas, estava em pauta o meio-ambiente, entre outras.

Segundo Netto:

[...] este é o cenário mais adequado para promover a contestação das práticas profissionais como as do Serviço Social “tradicional”: seu pressuposto visceral, a ordem burguesa como limite da história, é questionado; seus media privilegiados, as instituições e organizações governamentais e o elenco de políticas do Welfare State, veem-se em xeque; seu universo ideal, centralizados nos valores pacatos e bucólicos da integração na “sociedade aberta”, é infirmado; sua aparente assepsia política, formada “tecnicamente”, é recusada. Mais decisivo ainda: a sua eficácia enquanto intervenção institucional é negada, a partir dos próprios resultados que produz. (2011, p.143)

Entretanto, esta contestação alcançou a profissão, primeiramente, através de agentes externos; tanto por via da movimentação social do período, quanto dos segmentos populacionais que formam o público alvo do Serviço Social. A internalização da questão se deu principalmente através da revisão crítica ocorrente nas ciências sociais que acarretaram na deslegitimação das bases teóricas da profissão, o reposicionamento sócio-político das igrejas e o protagonismo do movimento estudantil.

Inscrito neste contexto de efervescência política, entre 1965 e 1975 ocorreu o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (NETTO, 2005). O movimento acompanhou as inquietações presente no continente, ou seja, a luta pelo fortalecimento nacional e contra a dominação imperialista e sua lógica excludente. Desta forma, a questão basilar da Reconceituação era o papel do Serviço Social no novo contexto mundial, considerando as realidades regionais e nacionais, os novos atores políticos, além da pertinência teórica e eficácia profissional do Serviço Social tradicional. Tudo isso questionado à luz do debate sobre a superação do subdesenvolvimento⁶.

⁶ Ver Netto (2005).

O movimento era constituído por todos os assistentes sociais que visavam a superação do tradicionalismo, que com o tempo se dividiu em dois grandes blocos básicos – que também possuíam suas diferenças internas: uns entendiam que a superação deveria se dar através da modernização da profissão, suas bases teóricas e práticas profissionais; e outros através da ruptura com o passado e sintonia com os movimentos que vislumbravam o fim da ordem burguesa. Todavia, o Movimento de Reconceituação não pôde desenvolver todo o seu potencial devido à intervenção norte-americana nos países da América do Sul e as ditaduras instauradas no continente que interromperam o processo iniciado.

Conforme o mesmo autor, apesar de sua breve duração, a Reconceituação trouxe avanços na profissão que perpetuam até hoje. Durante este período foi alcançada um novo entendimento de união entre os profissionais da América Latina – sem a orientação dos Estados Unidos – articulando as instituições da categoria a buscarem soluções para problemas comuns da região; juntamente se tornou explícito *o caráter político e ideológico da profissão e de suas práticas*, que até então era negado; também, trouxe o *pluralismo* para a profissão; o Serviço Social passou a se posicionar como *interlocutor com as ciências sociais*, além de se aproximar de conteúdos críticos; além dos profissionais *reivindicarem a participação em instâncias de planejamento*, evocando seu *perfil de profissional intelectual* e não apenas executor técnico, assim como a *negação do sua subalternidade*.

Para Ortiz:

[...] a Reconceituação põe na ordem do dia uma *nova concepção de profissão* na medida em que nega a prática meramente executiva, burocrática, subalterna e paliativa tão funcional à ordem burguesa, e desvela a *dimensão política da intervenção profissional*, a qual, a meu ver, contribuirá mais tarde e decisivamente para a *renovação da autoimagem profissional*, assentada na *defesa dos direitos*. (2010, p.170 – grifo meu).

Contudo, juntamente com seus avanços, o movimento também apresentou equívocos, sendo eles: a confusão entre profissão e *militância* – reconfigurada, agora de caráter político; a supervalorização de teorias oriundas da região, em detrimento de teorias elaboradas em

outros países; e o eclecismo, que possibilitava a junção das mais variadas teorias no âmbito profissional.

Em 1964 foi estabelecida uma ditadura militar no Brasil, durando até 1985, com o intuito de adequar o país a nova dinâmica do capitalismo internacional, neutralizar os sujeitos políticos que poderiam resistir a tal mudança e afastar as tendências socialistas.

O Estado ditatorial burguês iniciou o processo de “modernização conservadora” que era definido pela interiorização do imperialismo, onde os interesses econômicos do capital estrangeiro e dos grandes capitais nacionais eram priorizados; excluindo os outros setores da economia, assim como os setores populares e sujeitos políticos progressistas. Tal processo possibilitou a centralização e concentração econômica, aprofundando ainda mais as desigualdades sociais.

Segundo Netto (2011), o ciclo autocrático burguês passou por três distintas fases: de 1964 a 1968 – no início a ditadura assumiu o Estado, mantendo ainda alguns resquícios de democracia de prática parlamentar, porém, apesar de seus esforços encontrou sérias dificuldades de legitimação; de 1968 a 1974 – a ditadura reestruturou o Estado para adequá-lo ao projeto de “modernização conservadora”, a repressão ocorreu de maneira sistemática, passando o Estado a procurar sua legitimação através do discurso da eficácia e crescimento econômico; de 1974 a 1979 – com o agravamento da crise econômica, o Estado ditatorial inicia um projeto de autorreforma, visando recompor a base sociopolítica que mantinha as relações econômico-sociais e políticas a serviço dos monopólios, o que se dava através da combinação de concessões, negociações e repressões.

Nos primeiros anos da ditadura militar, o governo procurou reforçar, através de seu discurso e prática, a imagem do Serviço Social tradicional. Com isso, visava manter a *subalternidade* até então característica dos assistentes sociais, assim como, enfraquecer projetos profissionais que não compactuavam com os objetivos e métodos organizacionais e

institucionais implementados pelos programas onde estavam inseridos. Entretanto, a própria dinâmica do Estado e da economia, que causaram grandes mudanças na sociedade brasileira, articulou as bases necessárias para a renovação do Serviço Social.

Ainda o mesmo autor afirma que mercado de trabalho dos assistentes sociais se consolidou a nível nacional, a demanda pelo trabalho destes agentes aumentou tanto por parte do Estado, como de empresas e organizações filantrópicas. Concomitantemente, novas exigências foram postas para o Serviço Social.

Uma vez inseridos em estruturas mais complexas e burocratizadas, se tornou necessário que seus agentes se adequassem ao padrão de racionalidade burocrática destas instituições, o que:

[...] implicou um *dimensionamento técnico-racional* – quer no nível de legitimação das práticas, quer no nível de sua condução – que *derruía os comportamentos profissionais impressionistas*, fundados conseqüentemente em supostos humanistas abstratos e posturas avessas ou alheias às lógicas da programação organizacional. (NETTO, 2011, p. 123 – grifo meu).

Assim, os assistentes sociais se viram obrigados a seguirem normas, fluxos e rotinas institucionais que além de conformarem sua atuação, também serviam como forma de avaliação do desempenho profissional.

Sobre a tecnificação e burocratização da prática profissional, vale destacar a análise de Yamamoto (2011) sobre o que unifica todas as ações dos assistentes sociais alocados em programas e instituições:

[...] o Assistente Social é solicitado não tanto pelo caráter “técnico-especializado” de suas ações, mas antes e basicamente pelas funções de cunho “educativo”, “moralizador” e “disciplinador” que, mediante um suporte administrativo-burocrático, exerce sobre as classes trabalhadoras [...] (p. 42).

Vale ressaltar que durante a ditadura militar de fato passou-se a exigir dos assistentes sociais um dimensionamento técnico-racional, se adequando à burocracia das instituições; o que está sendo ressaltado é que para o empregador, o Serviço Social é percebido pelo seu aspecto *moralizador, educativo e disciplinador* – este fato que ocorre desde a institucionalização da profissão.

As transformações que ocorreram na sociedade causaram a mudança na exigência do perfil profissional do assistente social, que agora deveria ser um agente racional capaz de atender às demandas do projeto de “modernização conservadora”, além de ter sua prática profissional legitimada através de fundamentos teóricos e técnicos. Fator este que favoreceu a erosão das antigas bases de legitimação e práticas do Serviço Social.

De acordo com Netto (2011), para atender a demanda por um quantitativo de profissionais que atendessem tais exigências era necessário ampliar a quantidade de agências formadoras de assistentes sociais; estas que também necessitariam se adequar a nova racionalidade “moderna”⁷, rompendo com o ensino confessional tradicional a profissão.

Com isso, foi realizada a inserção do Serviço Social na universidade, juntamente com a abertura de pós-graduação, o que possibilitou o diálogo teórico com as Ciências Sociais, juntamente com elaborações teóricas sobre o Serviço Social e debates teórico-metodológicos; a abertura de um espaço de reflexão frequentado por uma massa crítica; o surgimento de setores de profissionais dedicados à produção intelectual, através da pesquisa e do ensino; e a formação de assistentes sociais “modernos” legitimados em aporte teórico-metodológico para o exercício da profissão. Com isso, o Serviço Social se aproximou da tradição marxista.

O ingresso do Serviço Social no circuito universitário, como todas as consequências provenientes disso, reconhece o assistente social como *profissional intelectual*.

Montaño (2007) afirma que a partir destas décadas criou-se uma superpopulação universitária, o que causou a diversificação socioeconômica dos estudantes. Desta forma, os setores mais pobres da população ingressaram nas universidades.

O Serviço Social, por sua vez, se torna um dos principais cursos escolhidos por este segmento devido às dificuldades que teriam para se formar em cursos mais custosos e de se inserirem no mercado de trabalho concorrendo com os setores mais ricos.

⁷ Racionalidade que também adentra na estrutura educacional brasileira, sobretudo a partir da reformar universitária de 1968 (NETTO, 2011).

Com isso, dado o perfil dos alunos, o Serviço Social passaria a ter a imagem de “[...] *uma profissão de pobres, para pobres*” (2007, p. 103 – grifo meu).

O mesmo autor aponta que apesar da significativa mudança no perfil socioeconômico e cultural dos assistentes sociais, a categoria mantém sua *subalternidade*, porém em roupagem diferente.

Continuando no assunto, afirma que dada à origem socioeconômica destes novos agentes, os mesmos têm a possibilidade de se aproximar da realidade dos usuários do Serviço Social e que isto pode ser usado pelas instituições para criar identificação entre a instituição e os usuários. Mas alerta que:

[...] esta proximidade das condições socioeconômicas do assistente social com as classes populares de, por um lado, facilita imensamente sua capacidade de empatia, *contribui também para conformar a autoimagem da identidade entre este profissional e os estratos mais empobrecidos*. Esta, apesar de no plano socioeconômico pessoal ter fundamento, fetichiza a relação profissional com o usuário das políticas sociais, levando o assistente social, em diversos casos, a ignorar sua funcionalidade e significação social, percebendo-se como “*intelectual orgânico*” das classes trabalhadoras. (MONTAÑO, 2007, p. 104 – grifo meu).

Aqueles elementos supracitados favoreceram o processo de *laicização da profissão* que estava em andamento desde finais dos anos 1950, sendo dinamizado nos marcos da autocracia burguesa devido ao novo arranjo das relações sociais, as transformações no mercado de trabalho e formação dos assistentes sociais. Essa laicização – que também contribuiu para agravar a crise do Serviço Social tradicional – é constituída pela:

[...] diferenciação da categoria profissional em todos os seus níveis e consequente disputa pela hegemonia do processo profissional em todas as suas instâncias (projeto de formação, paradigmas de intervenção, órgãos de representação etc). (NETTO, 2011, p. 128).

Esse processo que percorreu todas as instâncias do Serviço Social implicou na construção de um *pluralismo teórico-metodológico e ideológico-político* no interior da profissão.

O terceiro Código de Ética Profissional do assistente social foi aprovado em 1975, com a profissão inserida no circuito acadêmico das universidades. As consequências de sua

laicização presentes no meio da categoria, as novas exigências do mercado de trabalho e das demandas sociais postas para o Serviço Social são suas principais características.

Apesar da inserção do Serviço Social no circuito acadêmico e as novas demandas apresentadas pelo mercado de trabalho, Barroco (2010) aponta para a continuidade dos fundamentos abstratos, da moral acrítica e de uma pretensa neutralidade também presentes nos códigos anteriores. Entretanto, este documento excluiu os princípios de pluralidade e democracia presentes no Código de 1965, além de não apresentar traços da ética liberal. Desta forma, o Código de 1975 se alinha ao Estado autocrático burguês e suas demandas.

Com as transformações na sociedade brasileira, o mercado de trabalho passou a exigir outras competências, para além da execução de políticas sociais. A categoria, em sintonia com o projeto desenvolvimentista da “modernização conservadora” (NETTO, 2011), se atualiza e passa a exigir espaço no planejamento e na gestão das políticas sociais. Os assistentes sociais evocam seu *caráter intelectual, rompendo com a concepção de profissão subalterna* que historicamente acompanha o Serviço Social. Neste período, os profissionais assumem funções de *administração, formulação, avaliação de programas sociais*, assim como a execução dos mesmos.

Segundo Netto (2011), no intercurso da “modernização conservadora”, a base de legitimidade do Serviço Social é redefinida a partir do momento que são alteradas as exigências do mercado de trabalho e da formação profissional.

Nesse período iniciou-se o processo de renovação do Serviço Social, que a partir deste momento adotou uma postura profissional preocupada em se legitimar através de suas práticas no enfrentamento da “questão social” e se validar através de teorias e disciplinas sociais. Foi neste período que o próprio Serviço Social passou a ser alvo de análises críticas da própria categoria.

Na busca por validação teórica para suas práticas profissionais, o Serviço Social passou a dialogar com as Ciências Sociais e participar do debate contemporâneo das questões pertinentes às mesmas. Todavia, dada a sua recente inserção na academia, o Serviço Social *deixou de apenas absorver os conhecimentos produzidos por outros profissionais, passando a exercer também a função de produtor de conhecimento*, o que “[...] contribui para oferecer, no plano intelectual, um *contrapeso à subalternidade* profissional que historicamente envolveu o Serviço Social.” (NETTO, 2011, p. 132 – grifo meu).

Netto (2011) resume o processo de renovação profissional em quatro pontos: instauração *do pluralismo teórico, ideológico e político* dentro da profissão; *diferentes concepções profissionais*; participação do Serviço Social nos *debates acadêmicos*; e o surgimento de *assistentes sociais dedicados à investigação e pesquisa*.

Ainda sobre o tema, aponta que “[...] o processo de renovação configura um movimento cumulativo, com estágios de dominância teórico-cultural e ideopolítica distintos, porém entrecruzando-se e sobrepondo-se [...]” (NETTO, 2011, p.152).

Durante este período, alguns organismos da categoria realizaram papel fundamental na fomentação e condensação da produção teórica. Entre eles se destaca o CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercambio de Serviços Sociais, responsável por impulsionar o debate na categoria e organizar seminários de teorização, onde foram produzidos importantes documentos que representavam as diferentes vertentes da renovação profissional, assim como a divulgação dos mesmos⁸.

Por sua vez, o processo de renovação do Serviço Social apresentava três diferentes vertentes – que disputavam a hegemonia profissional, cada uma atraindo determinado grupo da categoria e se embasando em diferentes fontes teóricas, metodológicas, políticas e

⁸ Sendo os mais significativos: Araxá e Teresópolis. Ver mais em Netto (2011).

ideológicas – intituladas, pelo autor, de: perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura.

A “perspectiva modernizadora” entendia que o Serviço Social necessitava se adequar como instrumento de intervenção social do desenvolvimento capitalista, considerando os assistentes sociais como *dinamizadores e integradores do desenvolvimento*. Não questionava a ordem social estabelecida, apresentando uma *racionalidade tecnocrática*.

Nas duas primeiras fases do ciclo autocrático contou com a maior adesão dos assistentes sociais por apresentar parcial continuidade com o acúmulo profissional anterior e funcionalidade dentro dos moldes do regime militar.

A “reatualização do conservadorismo” se apresentava mais resistente às mudanças, com isso, reapresentou a *herança conservadora* do Serviço Social com uma roupagem moderna e mais sofisticada, além de voltar-se as *questões microssociais* abandonando o debate macrossocietário.

Esta perspectiva de renovação se destacou por atender os *anseios psicologizantes* de segmentos profissionais, além da defesa da *humanização dos serviços* em tempos de crescente burocratização da vida. Também apresentava um aparente distanciamento da ditadura.

A “intenção de ruptura” apresentava *crítica sistemática às práticas tradicionais* da profissão, visando o rompimento com a herança teórico-metodológica e ideológica do Serviço Social, através do resgate crítico das tendências presentes no interior da categoria, anteriores ao golpe militar – a partir desta que se constrói/consolida uma virada na profissão⁹.

Este segmento era composto principalmente por docentes e profissionais formados entre as vésperas do golpe de 1964 e a reestruturação do Estado autocrático, porém também se fortaleceu devido à *aproximação dos assistentes sociais das classes subalternas*, assim como

⁹ Cujo marco é o III CBAS, realizado em 1979 (NETTO,2011).

o recrutamento de *profissionais oriundos de segmentos mais pobres da população*, além do descrédito político da modernização e o aumento da participação política da classe média.

Apresentava *discurso politizado* que ao ser reverberado por profissionais influentes dentro do Serviço Social ganhava maior destaque, assim passando a sensação de ter conquistado uma aparente hegemonia dentro da categoria na última fase da ditadura militar. Entretanto, apresentava *dificuldade de transformar sua intenção de ruptura em práticas profissionais*.

Este período marcou o surgimento de uma nova autoimagem a profissão. A categoria reconheceu sua dimensão política e o significado social de sua intervenção profissional, além de renegar suas antigas práticas e bases de legitimação, o que acarretou no aprofundamento teórico e o redimensionamento de sua prática.

No plano da imagem, os assistentes sociais aparecem mais profissionalizados do que antes, menos subalternos quanto às outras áreas do saber social, assim como nas instituições empregadoras. Entretanto, antigos traços da imagem tradicional permanecem, e a hegemonia na profissão ainda não fora alcançada.

1.5 A consolidação da nova autoimagem

No fim da década de 1970, a crise que abatera o sistema capitalista mundial alcançaria o Brasil. Com isso, o Estado autocrático burguês iniciou o seu processo de autorreforma, visando estabelecer estruturas sociais que viabilizariam os interesses do capital internacional, mesmo sem a manutenção do regime ditatorial. Isto seu deu através do processo de abertura gradual.

Contudo, o agravamento da crise econômica fortaleceu os novos atores sociais, isto é, os movimentos sociais e o novo movimento sindical que concentravam a classe trabalhadora na luta pela democratização e por direitos. As manifestações deste período, além de

apresentarem demandas específicas de ordem trabalhista, também apresentavam reivindicações de interesse geral da população e de segmentos dela que transbordavam as margens da relação trabalhista.

Todo o processo de luta por direitos e democratização característicos deste tempo foi consolidado pela Constituição Federal de 1988. Pela primeira vez estavam presentes no documento constitucional os direitos sociais, que respondiam as pressões exercidas pelos novos movimentos sociais.

Ortiz (2010) afirma que nas décadas de 1980 e 1990 uma *nova autoimagem* do Serviço Social foi construída.

Neste período a profissão *rompeu com as perspectivas conservadoras, psicologizantes e autoritárias*, tradicionalmente presentes na profissão; e se definiu pelo seu *compromisso com os interesses majoritários da população brasileira e por lutar pela ampliação e garantia de direitos*. “O Serviço Social almeja, em fins dos anos 70 e na década de 80, *afirmar sua legitimidade frente aos usuários* de sua ação profissional – a classe trabalhadora.” (ORTIZ, 2010, p.177 – grifo meu).

De acordo com a mesma autora, a nova autoimagem da profissão se colocava na direção oposta à imagem tradicional da profissão. Esta que passou a ser concebida como [...] especialização do trabalho coletivo, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, e seus sujeitos profissionais como *assalariados* e, deste modo, submetidos formalmente à lógica do mercado [...] (ORTIZ, 2010, p.192-193 – grifo meu).

Desta forma, os assistentes sociais passaram a se reconhecer como cidadãos e trabalhadores, portadores de direito e membros da classe trabalhadora, além de compreenderem as relações sociais através da luta de classes; processo que acarretou no direcionamento da prática e do discurso profissional para a *garantia de direitos*.

Neste período ocorreu um processo de renovação dos organismos representativos do Serviço Social. A fim de consolidar a nova imagem profissional que estava sendo construída, era preciso repensar as estruturas organizacionais da categoria, tanto no nível da formação, como da fiscalização profissional. A formação deveria capacitar os profissionais a atuarem a partir do novo contexto social, enquanto a fiscalização se ocuparia mais com a dimensão política do fazer profissional.

Vale ressaltar que as transformações profissionais ocorridas dentro do Serviço Social, que acompanhavam o movimento de transformação da sociedade brasileira, introduziram dentro da categoria o *pluralismo político*, assim como, o debate sobre projetos societários. Algo impensável nas primeiras décadas da profissão.

Conforme Netto (2011), também na década de 1980, surgiram os primeiros programas de doutorado em Serviço Social, possibilitando a acumulação teórica da profissão e a produção de material teórico-metodológico com orientações diversas – entre elas, as que se aproximavam do posicionamento da massa trabalhadora e suas reivindicações. Ainda no âmbito da formação, esse período foi marcado pelo debate acerca da formação profissional e a reformulação do currículo, debate este que visava à construção de um novo perfil profissional, que pudesse atender as antigas e novas demandas sociais de maneira eficaz, competente e crítica.

Além disso, *novos campos de intervenção* para o assistente social surgiram com as conquistas de direitos alcançadas pela sociedade – entre elas a criança e o adolescente, movimentos sociais –, o que, em alguns casos, exigiu repensar as práticas interventivas do Serviço Social.

Com a abertura de novos campos de intervenção entende-se a profissão passou a ser reconhecida como relevante para além dos campos de intervenção tradicionais. Além disso, se abre a possibilidade de se trabalhar junto a movimentos sociais, enfraquecendo a imagem de

servidor público e fortalecendo a de compromisso com a classe trabalhadora e com a defesa de direitos.

Para além da vontade política, a nova imagem proposta pelos profissionais precisa se materializar na prática profissional, em suas instâncias representativas, mas também através de documentos que viabilizassem esta mudança. Para tal, foi elaborada uma série de documentos.

Conforme afirma Ortiz (2010), desde meados da década de 1970 crescia a preocupação da categoria com a formação profissional, porém, apenas em 1979 foi possível realizar a renovação do currículo mínimo de Serviço Social, que foi formalizado em 1982.

De acordo com Castro e Toledo:

Os atores envolvidos (órgãos de organização da categoria, de pesquisa, instituições de ensino e movimento estudantil) neste propósito de pensar a reforma curricular, defenderam uma concepção de formação profissional centrada no direcionamento de que esta deveria subsidiar o profissional para responder as demandas e necessidades colocadas pelos cidadãos, a partir de um conhecimento científico e teórico-metodológico calcado num referencial crítico; a compreensão de que a profissão está inserida no quadro geral da divisão sócio-técnica do trabalho, e a formação de um projeto profissional com direção social definida, articulada (teórica e praticamente) com os projetos da classe trabalhadora. (2014, p.10).

O documento pretendia promover um projeto profissional que visava à formação de assistentes sociais capazes de atender as exigências do mercado de trabalho e dos movimentos sociais. Com isso, as diretrizes destacavam o *caráter político da intervenção profissional*, assim como a *função de educador* – entendido por *socializador de conhecimento e apoiador político da classe trabalhadora*.

Ortiz (2010) destaca que a incorporação do papel de educador à prática profissional redimensionou a mesma ao ressignificar a ação ideológica do aconselhamento. Assim como fortaleceu a *função pedagógica do profissional*.

Segundo Faleiros:

A reforma curricular aprovada em 1979 pela assembleia da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, implementada a partir de 1982, desmontou a estrutura tradicional da divisão em “caso, grupo e comunidade”. Defendeu claramente uma perspectiva de “visão crítica e comprometida com a transformação social”, segundo aprovado. Buscou-se estruturar a formação em uma articulação de teoria-história-

metodologia-pesquisa, formando os estudantes em análises críticas da sociedade capitalista. (2005, p. 32).

Entretanto, para Ortiz (2010), o Currículo de 1982 – ao estabelecer outras três novas disciplinas: Método do Serviço Social¹⁰, História do Serviço Social e Teoria do Serviço Social – separou teoria, prática e história, afetando as gerações seguintes de assistentes sociais que percebiam estas três dimensões em separado, e com isso, reproduziam o *voluntarismo, ecletismo e o entendimento que teoria e prática estão desvinculadas*.

Considerando tudo, este novo currículo expressava a vontade dos assistentes sociais em *romper com a subalternidade profissional* através da cientificação do Serviço Social, além de seu *comprometimento com a classe trabalhadora*.

Juntamente com a reforma do currículo mínimo que entendia imprimir a nova imagem profissional nas novas gerações de assistentes sociais, o Código de ética Profissional também foi revisado.

Em 1986, dada as transformações sociais e a vinculação da profissão às lutas dos trabalhadores, foi elaborado um novo Código de Ética Profissional do assistente social. Este que foi produzido em um longo processo que contou com a ampla participação da categoria.

Conforme Barroco (2010), o Código de 1986 buscava estabelecer uma ética profissional que objetivasse a nova moralidade da categoria. Esta que foi definida pelo seu caráter histórico e da fundação na produção econômica da sociedade.

O documento rompeu com as influências neotomistas e estruturalistas dos antigos códigos, *negando a neutralidade*, os pressupostos metafísicos e a imagem tradicional da profissão.

O *compromisso com a classe trabalhadora* foi tomado como princípio ético deste Código. Esta decisão se concretizou por intermédio de diversos deveres do profissional como: democratizar informação com os usuários e estimular a participação dos mesmos nos processos decisórios nas instituições e programas. Vale ressaltar que pela primeira vez no Código apareceu a possibilidade do usuário denunciar um profissional.

¹⁰ O tripé Caso, Grupo e Comunidade, por vezes, aparecia como Método do Serviço Social.

Conforme Faleiros, “Essa opção ético-política refletia uma nova direção da categoria profissional, que vinha dos movimentos sociais, da luta sindical e de uma formação marxista universitária.” (2005, p. 31).

Se com isso foi superada a pressuposta neutralidade profissional, além de desfazer a concepção de *hierarquização* da relação entre profissional e usuário, esta decisão também apresenta problemas.

Barroco afirma que:

Ao explicitar uma vinculação profissional a determinada classe social, o Código pressupõe que ela é “boa em si”, o que elimina a historicidade das escolhas morais, tendo em vista que elas são perpassadas pela alienação e por valores que nem sempre correspondem às necessidades de uma classe. (2009, p. 120).

Ainda acrescenta que isto “[...] pode indicar uma *visão moralista da realidade social* [...]” (2009, p. 120 – grifo meu).

Esta vinculação com a classe trabalhadora – fruto da aproximação dos movimentos sociais, da redemocratização e da ruptura com o Serviço Social tradicional – por sua vez, reconfigura a imagem *militante* e *messiânica* da profissão.

Importante ressaltar que no documento foi superada a concepção de assistente social como mero executor das políticas sociais. Desta forma, “[...] o Código de 1986 buscou garantir a ação profissional pautada nos parâmetros de capacitação para pesquisar, elaborar, gerir e decidir a respeito das políticas sociais e programas institucionais [...]” (BARROCO, 2009, p.119).

Para Ortiz (2009), o Código de Ética de 1986 “Reconheceu o assistente social como portador de direitos, inclusive de denúncia, e participe da classe trabalhadora, conduzindo o processo de construção de uma nova imagem para o Serviço Social brasileiro.” (p. 129).

Na análise do documento fica claro que o Código de 1986 era expressão da vertente de intenção de ruptura.

Na década de 1990 ocorreu o aprofundamento da crise do capitalismo monopolista, o que obrigou sua reorganização. Nos países periféricos a crise era combatida principalmente através do controle da inflação, além da diminuição das funções sociais do Estado.

As medidas adotadas pelo Estado brasileiro, no primeiro momento, serviram para aplacar a inflação e aumentar o poder de consumo de uma parcela dos brasileiros, todavia, após os primeiros anos ocasionaram a estagnação econômica, com taxa de crescimento baixa, além de grande taxa de desemprego e o endividamento do Estado.

De acordo com Berhing (2013), com a chegada do neoliberalismo no Brasil, os direitos antes conquistados tiveram sua concretização obstruída por conta das crescentes privatizações, do sucateamento das políticas sociais e da flexibilização dos direitos trabalhistas. A consequência disto foi o agravamento da desigualdade social no território nacional. Neste momento a classe trabalhadora se encontrava desorganizada, não apresentando força suficiente para conseguir se opor às decisões do Estado.

Neste contexto, os assistentes sociais perceberam a desvalorização de seus salários e da precarização do espaço de trabalho, o que além de afetar os profissionais, também prejudicou seus usuários. Os profissionais também precisaram se adaptar à nova dinâmica do mercado de trabalho, às transformações sofridas pelas instituições empregadoras e à complexificação das expressões da “questão social”.

Neste período, “[...] as organizações profissionais se mantiveram no campo da denúncia dos impactos deletérios das políticas em curso e de combate ao neoliberalismo e sua contrarreforma [...]” (BEHRING, 2013, p.13), o que foi possível graças ao acúmulo teórico da década anterior, principalmente nos campos da ética, da fiscalização do exercício e da formação profissional. Desta forma, nos anos 1990, a profissão viu se consolidar os avanços conquistados nos anos anteriores.

Portanto, se estabeleceu o projeto ético-político do Serviço Social, resultado do processo de *recusa e crítica ao conservadorismo profissional* iniciado na década de 1970. Este projeto que tem na liberdade seu valor central, vinculado a um projeto societário transformador que visa à superação da ordem burguesa e estabelecer uma sociedade sem exploração de classe, gênero e etnia (NETTO, 2009).

Por sua vez, o projeto-ético político do Serviço Social se materializa através da documentação, dos órgãos representativos e da produção teórica da categoria.

A Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662, de 1993)¹¹ valoriza a *dimensão intelectual do Serviço Social*. Neste documento fica definido como competência do assistente social o *planejamento e administração de políticas sociais*, realização de *consultorias e assessorias*, sem restringir tais competências às dimensões da profissão. Além disso, referencia o profissional aos *direitos* e à sociedade civil.

Em 1992 teve início uma série de debates sobre ética, tal processo culminou na revisão do Código de Ética Profissional do assistente social em 1993.

De acordo com Barroco (2010), os profissionais visavam superar os equívocos do código anterior, enquanto asseguravam as conquistas do mesmo, numa perspectiva de consolidação do projeto profissional. O novo código precisava afirmar o compromisso profissional, explicitando a dimensão ética na prática profissional, estabelecer seus princípios e valores, assim como objetiva-la através de direitos e deveres éticos.

Neste documento os assistentes sociais definem a *liberdade, equidade, democracia, justiça social e cidadania* como os valores éticos fundamentais, articulados aos ideais socialistas e ao projeto de *superação da ordem burguesa*. Se colocando na defesa intransigente dos Direitos Humanos.

¹¹ Revisão da primeira Lei de Regulamentação da Profissão, datada de 1957.

No que diz respeito à dimensão prática-operativa, esta se norteia pela perspectiva da *defesa e universalização dos direitos sociais*. Quanto ao compromisso profissional, entende-se que a competência ético-política profissional significa concretizar os valores e a vontade política através da prática profissional.

Além dos pontos acima, o Código *confronta dimensões do moralismo* ao estabelecer o pluralismo e a recusa de qualquer tipo de preconceito e discriminação. Este último ponto que aparece pela primeira vez em um Código da categoria.

Desta forma, o Código de 1993 serve como marco de *consolidação da renovação do Serviço Social* através da ruptura com o Serviço Social tradicional e suas representações.

Para Ortiz (2010), o principal avanço deste código para o outro foi “[...] a afirmação do compromisso ético-profissional com valores emancipatórios universais, não mais restritos aos interesses particulares de uma determinada classe” (p.199), além de definir liberdade como resultado histórico do trabalho, assim como considerar a democracia um padrão de organização política e entender cidadania como princípios capazes de aprofundar a liberdade por meio de condições objetivas e subjetivas.

A mesma autora afirma que “O Serviço Social passa a ser concebido como totalidade em si, na qual se congregam diversas dimensões autoimplicadas em uma relação na qual uma não se faz sem a outra” (ORTIZ, 2010, p.200), tornando-se necessário que o assistente social seja competente a nível ético-político, teórico-metodológico, técnico-operativo e investigativo, para que em sua prática cotidiana seja objetivado os princípios éticos da profissão.

Considerando tudo isso, o Serviço Social constrói sua nova autoimagem, desconstruindo o moralismo presente anteriormente, assim como o messianismo, o militantismo, a ajuda e neutralidade. Seus agentes se opõe a concepção de elite moral, “pessoas boas”.

Para Faleiros:

O Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão foram meios vitais para se consolidar uma perspectiva de transformação social e um projeto ético-político da profissão que tem profundas raízes no movimento de reconceituação do serviço social. (2005, p.32).

Com as novas competências atribuídas aos assistentes sociais, juntamente com o amadurecimento profissional tornou-se necessária à atualização do Currículo Mínimo do Serviço Social.

Para isso, foi realizada uma análise crítica do documento de 1982. A intenção da categoria era de reafirmar as conquistas do documento anterior e corrigir seus erros, avançando na direção da consolidação do projeto ético-político profissional. O processo de atualização profissional ocorreu através de diversas oficinas, contando com a participação ampla dos docentes, discentes e supervisores de estágio, além da presença de consultores.

Em 1996, a proposta nacional de currículo mínimo para o curso de Serviço Social apresentada pela ABESS se norteia através da compreensão do Serviço Social como profissão que intervém na “questão social”, sendo esta o fundamento básico da profissão, e que esta intervenção é atravessada pelos condicionantes sociais e históricos.

Para Faleiros:

Na reforma de 1998-2000 buscava-se a formação de um profissional generalista, em ruptura com as especializações. Deve-se entender a sociedade em que vivemos de forma crítica. A prática é formulada como um “processo de trabalho”, como uma atividade com fins, meios e resultados em torno da “questão social”, definida formalmente como objeto do serviço social. (2005, p. 32).

Desta forma foram estabelecidos princípios e diretrizes para os cursos de formação profissional. Os princípios:

1. Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares - tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;
2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social.
3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;

5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
6. Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos;
7. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;
8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
9. Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
11. Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular
12. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional. (ABEPSS, 2014, p.6-7)

As diretrizes estabelecem que os alunos devam receber capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor. (ABEPSS, 2014, p. 7).

Para Faleiros (2005), a proposta de renovação curricular apresenta uma completa reformulação da formação curricular. Esta que se orienta a partir da teoria da reprodução social; desta forma compartilha do entendimento de que o capital é reproduzido por intermédio do Estado, que através de suas instituições se apropria da intervenção do assistente social para controlar a sociedade e legitimar o sistema.

De acordo com Werner:

As Diretrizes Curriculares propostas pela ABESS em 1996 apresentam um movimento de resistência e confronto, lutando por uma formação ético-política com base da teoria social crítica e na tradição marxista comprometida com as lutas emancipatórias da sociedade. (2014, p.3).

Como resultante do processo de discussão sobre a formação profissional, em 2002, o Ministério da Educação e do Desporto – MEC define o perfil do assistente social como:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área

de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social. (MEC, 2014).

As novas diretrizes curriculares apontam para a nova imagem de Serviço Social que a categoria quer construir, *profissionais intelectuais, críticos, competentes* em todas as dimensões da prática profissional, sendo a compreensão da ética profissional indispensável para a mesma.

Quando comparados com o perfil desejado pelas primeiras escolas de Serviço Social, percebe-se a total ruptura com a autoimagem do Serviço Social clássico. Enquanto na gênese da profissão se preocupavam em formar o caráter dos estudantes, cristalizando valores morais e doutrinas, enquanto relegavam a dimensão teórica e prática da profissão, além de desconsiderarem a dimensão política da mesma; agora, percebe-se a nítida valorização da formação profissional como um todo, em uma perspectiva de totalidade.

Importante apontar que durante o processo de construção das novas diretrizes curriculares houve conflitos de perspectivas acerca do Serviço Social. Enquanto a categoria via como necessário a formação de profissionais comprometidos ético-politicamente, além de serem capacitados a apreenderem o movimento do real a partir de uma análise crítica, assim como a necessidade de conjugar ensino, pesquisa e extensão durante formação profissional; o MEC compreendia que a formação profissional deveria estar vinculada as necessidades do mercado, sem a obrigatoriedade de se estabelecer vínculo entre o ensino, extensão e pesquisa, assim como ser baseada na análise crítica da sociedade, sendo mais importante saber utilizar recursos de informática (WERNER, 2014).

Esta disputa deixa evidente o contraste entre a autoimagem do Serviço Social e a imagem que a sociedade tem do mesmo. Ou melhor, o projeto profissional da categoria se contrapondo à função que o Estado e os segmentos dominantes querem que a mesma exerça.

Além disso, todos os documentos constituídos pelo Serviço Social neste período apontam para a negação da antiga imagem profissional, todos os seus valores e preceitos. O assistente social compreende a natureza da sua intervenção, a função social da mesma, e pretende assumir seu lugar na divisão sócio técnica do trabalho de maneira crítica, não moralizadora, respeitando a liberdade de todos os usuários.

De acordo com Netto (2009), o projeto ético-político do Serviço Social alcançou a hegemonia no seio da profissão no final da década de 1990. Isto se deu principalmente por dois motivos: o aumento constante do número de assistentes sociais envolvidos nos espaços de discussão da categoria, seguido da descentralização e multiplicação destes espaços; e os fundamentos do projeto profissional serem compatíveis com os movimentos sociais.

Se na década de 1990 se consolidou o processo de renovação profissional engendrado nos anos 1970, no presente século o Serviço Social se depara com uma complexidade social que lhe apresenta desafios para a implementação e continuidade do novo direcionamento estabelecido pela profissão.

Segundo Teixeira e Braz (2009), neste período o processo de produção capitalista foi reestruturado a partir da inserção de novas tecnologias e técnicas que intensificaram a acumulação e a concentração de capital pelas oligarquias financeiras. Para atender as demandas do capital internacional, o Estado se reestruturou, utilizando-se cada vez mais de políticas neoliberais.

Em decorrência destes movimentos, a classe trabalhadora se viu enfraquecida, precisando lidar com piora de sua condição de vida, precarização das condições de trabalho e com o desemprego estrutural.

No campo das políticas sociais, percebe-se o sucateamento daquelas de alcance mais amplo – Educação, Saúde etc. – e o surgimento de novas políticas que visam atender as demandas de setores da sociedade – LGBT, negros, mulheres etc.

Considerando este contexto, os autores afirmam que a continuidade do projeto ético-político está ameaçada tanto pela presença do neoconservadorismo profissional dentro da categoria – fruto do aprofundamento das políticas neoliberais no país – como pelo pensamento pós-moderno – que pressupõe a impossibilidade de se superar a ordem capitalista e de se construir uma nova ordem social baseada em outros valores.

Segundo Ortiz:

[...] o cenário econômico e sociopolítico que marca a contemporaneidade tende a reafirmar para o Serviço Social determinados traços da profissão, que nunca foram completamente eliminados do âmbito profissional, mas em contextos como o atual, tendem a reaparecer com força e sob novos formatos. Assim, observa-se a permanência do messianismo expresso no trabalho voluntário como meio de “inserção” de profissionais no mercado de trabalho; a reatualização do ecletismo sob a bandeira do relativismo epistemológico, como garantia para o fim das barreiras institucionais e disciplinares e o tão sonhado reconhecimento; o corporativismo como instrumento de contenção das metamorfoses do mundo do trabalho em detrimento da afirmação e aprofundamento da identidade e consciência de classe; e o moralismo travestido na defesa de direitos sociais. (2010, p.216).

De acordo com Behring (2013), no fim da década passada houve intensos debates na categoria, foi discutido o ensino a distância, os novos parâmetros das políticas sociais entre outros assuntos, mas todos eles apresentavam a suposição de crise ou negação do projeto ético-político. Apesar do contexto desfavorável a continuidade do projeto ético-político e o debate dentro da categoria, a autora aponta que os assistentes sociais brasileiros têm mantido o perfil político autônomo e anticapitalista nas suas instâncias representativas. O que ela acredita ser resultado da competência apresentada pelas organizações profissionais – redução da carga horária, elaboração da Política Nacional de Estágio, campanhas na defesa por direitos.

1.6 Considerações sobre a imagem do Serviço Social

No início da profissão foi construída uma imagem o Serviço Social, uma profissão feminina, vocacional, executora de políticas, que trabalha com pobres, ajuda

profissionalizada, não precisava estudar muito, subalterna; os profissionais eram pessoas boas, cristãs, com moral elevada, especiais, sem interesses escusos.

Esta imagem foi criada pelo papel decisivo da Igreja na formação dos novos agentes, mas também pela necessidade do Estado e da burguesia em criar profissionais que atendessem a demanda de controlar a massa trabalhadora, despolitizando a “questão social”, assim como o pensamento conservador que conformava a mente da sociedade brasileira. Entretanto, os profissionais aderiam a esta imagem, esta não lhes foi imposta, na verdade, eles aceitavam e participavam do processo de construção desta imagem.

Ao longo da trajetória histórica da profissão esta imagem foi sendo gradativamente transformada.

O Serviço Social se institucionalizou, sendo exigido caráter mais técnico aos profissionais, o Estado se tornou seu maior empregador, a profissão se aproximou da Psicologia. Desta forma, a imagem da profissão assimilou aspectos da intervenção, da inserção do profissional no mercado de trabalho. Isto é, a imagem do servidor público, o profissional que trabalha na assistência, na saúde, na previdência, por exemplo.

A assimilação de novas características, no entanto, não significa, necessariamente, a substituição das antigas. Por mais que qualificasse tecnicamente sua intervenção e fosse uma categoria assalariada, o Serviço Social continua sendo visto como ajuda qualificada, a profissão continua sendo considerada feminina, para citar alguns aspectos da imagem.

Em alguns casos, elementos da imagem são resignificados, ou seja, o significado é o mesmo, mas se apresentam por novas bases. Eram os apóstolos sociais que queriam ajudar os pobres compartilhando seus valores religiosos; depois aparecem os agentes da mudança querendo transformar a sociedade, motivados pelo Estado na luta contra o subdesenvolvimento.

Assim, por mais que o contexto político, econômico e social alterassem as exigências e as demandas para o Serviço Social, assim como sua prática profissional, o significado social da profissão era concebido da mesma forma, ou seja, de maneira despolitizada e acrítica.

Até meado dos anos 1970 a imagem e a autoimagem do Serviço Social se encontravam em harmonia, isto é, os profissionais se viam na mesma forma que a sociedade. Além de existir uma aparente homogeneidade dentro da categoria, sem disputas de projetos profissionais e societários.

Apenas nos marcos da ditadura que a imagem da profissão sofre mudanças concretas. O Serviço Social ingressa definitivamente nas universidades, passando a ser reconhecido intelectualmente, se legitimando por seu aporte teórico-metodológico, os segmentos mais pobres da sociedade veem como alternativa profissional, os assistentes sociais são contratados por empresas, participam da gestão e do planejamento de políticas sociais. Ou seja, são exigidas do Serviço Social novas competências, um novo jeito de fazer profissional.

Mas o mais importante deste período são as mudanças na autoimagem da profissão. A categoria se mostra um corpo heterogêneo, com pluralidade teórico-metodológica e política. Desde então existem projetos profissionais em disputa dentro do Serviço Social. E pela primeira vez, a autoimagem profissional se opõe a imagem tradicional. Uma profissão que tem suas dimensões políticas e caráter de classe, que agora se coloca como classe trabalhadora, na defesa por direitos.

A partir de então, o Serviço Social se empenha para consolidar sua nova autoimagem, transformá-la na imagem social, enquanto se preocupa em manter a hegemonia dentro da categoria. Direcionando a prática profissional e a produção teórica para tal direção.

Entretanto, a nova e a velha imagem do serviço Social se encontram tensionadas, elementos do novo se confundem com o do velho. Novamente elementos antigos reaparecem

com novas roupagens. Os elementos mais persistentes sendo o: caráter feminino da profissão; o servidor público e a ajuda.

Isto se dá pelo o que já foi dito antes, o Serviço Social não tem controle sobre a sua imagem, a profissão é de extrema importância para a construção de sua imagem, mas existem os condicionantes sociais que sempre influenciaram a imagem do Serviço Social.

Vale lembrar que a nova autoimagem se coloca contra a ordem social estabelecida; não interessa a elite brasileira a mudança da imagem tradicional da profissão, ainda precisam da dimensão despolitizadora das políticas sociais e da profissão, da maneira que foi concebida. São dois projetos antagônicos em disputa.

Ademais, a profissão não é um bloco homogêneo, existindo disputas internas dentro da categoria pela direção social da profissão.

Finalizando com Ortiz:

[...] observa-se que hoje está presente no cotidiano das iniciativas e ações das entidades da categoria, encarnadas a partir do projeto profissional atual, a vinculação direta da imagem profissional àquele que defende direitos. Não mais aquele que ajuda, que integra, que conscientiza, mas defende e luta pela garantia de direitos sociais. Entre os usuário e o público em geral, a mesma tensão tende a aparecer, pois, se por um lado esta profissão também é reconhecida como aquela que defende direitos; por outro lado, ainda se conserva, entre muitos, a perspectiva de que o profissional e a profissão são vistos como “coisa de mulher”, com um perfil votado para a ajuda, e cuja subalternidade em face das demais profissões lhe impede de intervir efetivamente sobre as demandas que lhe chegam. (2010, p. 204-205).

2 OS NOVOS ALUNOS E A IMAGEM DO SERVIÇO SOCIAL

No capítulo anterior foi visto que inicialmente os alunos das Escolas de Serviço Social eram majoritariamente mulheres burguesas, católicas, que percebiam a profissão como extensão da militância católica. Com a institucionalização do Serviço Social, os setores médios passaram a frequentar as escolas de formação de assistentes sociais, estes que enxergavam a profissão como fonte de renda, mas também como realização pessoal; inclusive, neste período as prefeituras investiram na formação de assistentes sociais através de bolsas. Com o Desenvolvimentismo, as Escolas se expandiram pelo Brasil. Na ditadura o Serviço Social foi inserido nas universidades, o que, entre tantas coisas, acarretou no recrutamento de alunos mais pobres.

Em 2005, Ortiz realizou pesquisa entre os discentes da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ESS/UFRJ. Nesta ocasião, segundo a autora, os postulantes à vaga no curso de Serviço Social eram em sua maioria “[...] jovens, oriundos de famílias de baixa renda e não trabalham e/ou participam da renda da família.” (ORTIZ, 2007, p. 276). Sobre a motivação dos mesmos pelo curso, a autora diz “[...] muito mais que a eventual importância que a profissão possa ter no mercado de trabalho [...] a escolha do Serviço Social passa necessariamente por ‘aptidões pessoais’.” (p. 276). Acrescentando que “[...] antes de esperarem por um lugar no mercado ou pelas recompensas salariais que esta entrada ou promoção eventualmente possam conferir, priorizam a relação entre a profissão e sua vocação pessoal [...]” (p.276-277).

Considerando que as transformações sociais ocorridas na história do Brasil acarretaram na reestruturação das instituições de formação de Serviço Social e o acesso as mesmas; o que por sua vez alterou o perfil dos estudantes de Serviço Social. Agora resta saber a implementação do sistema ENEM-Sisu e da Lei de Cotas alterou o perfil dos novos estudantes da Escola de Serviço Social; e, mais importante, qual é a imagem do Serviço

Social para os mesmos. E se esta imagem é compatível com a atual autoimagem da profissão e o perfil profissional que a ESS/UFRJ pretende formar.

Para compreender isto, é necessário conhecer seus perfis e o que eles pensam sobre a profissão e a prática profissional. Desta forma, foram realizadas observações de campo, assim como entrevistas com alguns calouros.

Uma vez que o curso de Serviço Social da UFRJ é ministrado tanto no turno da manhã quanto no da noite, o mesmo processo foi realizado nas duas turmas do primeiro período.

2.1 Forma de acesso

O ingresso dos alunos na ESS/UFRJ ocorre através do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) – sistema este criado e gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC) – no qual as universidades públicas disponibilizam vagas para os candidatos que participaram do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Por sua vez, o ENEM é uma prova que avalia o conhecimento dos candidatos em diversas áreas, sendo a mesma prova aplicada para todos.

Após realizar a prova do ENEM, o candidato, utilizando a nota obtida, se cadastra no Sisu, onde, considerando sua nota de avaliação, saberá em quais instituições e quais cursos poderá conseguir uma vaga. Qualquer pessoa que tenha concluído (ou que esteja concluindo) o ensino médio pode participar do ENEM.

Cabe ressaltar que de acordo com a Lei nº 12.711/2012 as instituições federais de ensino superior devem reservar cinquenta por cento de suas vagas, de todos os cursos e turnos, para candidatos que cursaram integralmente o ensino médio em instituições públicas. Dentro destas vagas, metade é destinada para candidatos com renda familiar de até um salário mínimo e meio per capita. Ainda, dentro destas vagas reservadas, as mesmas devem ser preenchidas por um percentual de negros, índios e pardos igual à no mínimo o percentual destes segmentos dentro da unidade federativa onde se encontra a instituição.

Como visto anteriormente, o processo de seleção de alunos mudou com o passar dos anos. No início eram exigidas qualidades morais, até mesmo físicas para um aluno ser aceito no curso; com a inserção definitiva do Serviço Social na universidade, a seleção começou a ser feita através de provas. Este processo que favoreceu a laicização e erosão do Serviço Social tradicional.

Atualmente, o processo continua sendo realizado através de provas, todavia, vale ressaltar que com a Lei de Cotas, o curso começou a ser mais frequentado pelos segmentos mais pobres da sociedade, alunos que em alguns casos, são os primeiros da família a ingressarem na universidade. Este processo de “popularização” dos cursos Serviço Social por si só já implica numa mudança na imagem do assistente social.

Sobre o acesso dos alunos, vale destacar que o novo sistema permite que os candidatos escolham os cursos e as instituições depois de realizarem as provas do ENEM. Isto abre a possibilidade para candidatos que nunca pensaram em cursar Serviço Social entrarem para o curso – assim como entrarem planejando participar de prova de transferência interna para outros cursos da mesma instituição. Este detalhe pode vir a favorecer na desconstrução de assistente social como profissional vocacionado.

2.2 Projeto pedagógico da ESS/UFRJ

A formulação do projeto pedagógico da ESS/UFRJ foi um processo que contou com a participação de docentes e discentes. Este projeto, além de cumprir as exigências necessárias, apresenta os princípios norteadores e o perfil de profissional almejado pela ESS/UFRJ. O mesmo que se alinha ao projeto ético-político hegemônico na categoria, além de compartilhar dos mesmos princípios presentes no Código de Ética profissional.

A instituição utiliza-se de sua compreensão da realidade brasileira, do mercado de trabalho do assistente social e de do papel da universidade para orientar a formação dos novos agentes profissionais que estejam comprometidos com estes princípios.

De acordo com o projeto pedagógico:

A realidade social brasileira exige um profissional capaz de, a partir de sólidos conhecimentos teóricos, produzir análises aptas a fundamentar intervenções eficientes – em macro e microescala – para incidir nas causas e consequências da ‘questão social’ que ainda caracteriza a sociedade brasileira como uma das mais assimétricas e excludentes do planeta. Este profissional, porém, atua em quadros institucionais e organizacionais (públicos e privados) muito precisos e que, nas duas últimas décadas, vêm sofrendo significativas modificações, cuja prospecção aponta para a configuração de um mercado de trabalho crescentemente diversificado e cambiante – donde a presença de assistentes sociais aptos não só a responder às suas demandas dadas, mas também qualificados para antecipar respostas profissionais a demandas emergentes. A função da instituição acadêmica (que, por isto mesmo, não pode desvincular o ensino nem da pesquisa nem da extensão) extrapola, todavia, o atendimento imediato às demandas do mercado de trabalho: propiciando a formação profissional, a universidade deve ir muito além desse atendimento, ampliando criadoramente a massa crítica e, sem prejuízo do seu cariz de universitas, adequando-a as particularidades da formação social brasileira. (ESS/UFRJ, 2014, p.7).

A ESS/UFRJ propõe formar profissionais críticos, competentes e comprometidos com a sociedade. Estes que devem apresentar compreensão do significado social da profissão, competência teórica, técnica e política, assim como ética humanista, racional e universalista.

O currículo pleno da ESS/UFRJ – documento que compõe o projeto pedagógico da instituição – está estruturado conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), além das propostas da ABEPSS e às normas da UFRJ. Todavia, o documento não é um mero produto de obrigações técnicas a serem cumpridas. A elaboração do mesmo foi um esforço conjunto dos docentes e discentes (representados pelo CASS) da ESS/UFRJ, com a participação de outros parceiros profissionais relevantes ao assunto (representante do MEC, da ABEPSS, supervisores de estágio e outros docentes). Desta forma, o currículo pleno é uma “construção elaborada pelo conjunto da unidade de ensino e expressão coletiva de sua vontade político-acadêmica.” (ESS/UFRJ, 2014, p.4).

2.3 Observações de campo

As observações de campo foram realizadas durante dois momentos: as aulas trotes e as primeiras aulas da disciplina de Introdução ao Serviço Social.

Ao se deparar com as turmas, a primeira coisa que se observa é a continuidade da predominância de mulheres no Serviço Social.

Como foi abordado no capítulo anterior, uma sociedade conservadora como o Brasil tende relacionar a mulher à compaixão, cuidado e a caridade. Também foi apontado como o Serviço Social tradicional é moralista e se traveste de ajuda. E como esses dois elementos se uniram para formar os primeiros assistentes sociais e uma imagem para a profissão.

Nas palavras de Ortiz:

Tomando como prerrogativa que o Serviço Social surge para atender determinadas requisições socio-profissionais, cujas respostas repousam na forma conservadora de enfrentamento das sequelas da “questão social”, quer seja [...] pela via da naturalização, moralização ou psicologização dos problemas sociais, entende-se que a mulher teria as qualidades natas para o trato das situações conforme prescrição acima. (2010, p.123).

A continuação deste elemento aponta para a manutenção de determinados traços da imagem do Serviço Social tradicional. E conforme visto com Montañó (2007), esta característica perpetua a imagem subalterna da profissão.

E de acordo com Iamamoto:

A imagem social da profissão e do profissional encontra-se profundamente estigmatizada pelos estereótipos criados em torno da mulher, aparecendo como uma extensão profissionalizante do seu “papel na sociedade”, como uma alternativa à vida doméstica e à participação política. A figura da mãe, da educadora e do sacerdote se mesclam na imagem social dessa profissão, de precária base técnico científica, que historicamente tendeu a valorizar “dons”, os atributos de classe “naturalizados” como essenciais à tarefa educativa e moralizadora junto às classes subalternas. (2011, p. 49-50).

Além disto, as turmas são formadas principalmente por jovens, mas contam com a presença de poucos alunos mais velhos, principalmente no turno da noite.

2.3.1 Aulas trote

No início do período letivo o Centro Acadêmico – CASS José Paulo Netto da ESS/UFRJ realizou a tradicional “Semana dos Calouros”, que consiste em uma série de eventos com o intuito de apresentar os calouros à dinâmica da faculdade. Entre as atividades propostas foram realizadas as “aulas trote”, estas que são aulas ministradas por ex-alunos curso se passando por professores da ESS/UFRJ.

Para a aula do turno da manhã foi convidado um ex-aluno que agora atua como advogado ativista em direitos humanos. Nesta ocasião ele se passava por um professor da disciplina de Filosofia e Serviço Social.

Durante a dinâmica, o mesmo discursava contra os direitos humanos, além de apresentar posicionamento moralista e homofóbico.

Vale ressaltar que, como parte da dinâmica, alguns alunos veteranos que sabiam do trote estavam em sala de aula, estes participaram da brincadeira confrontando o professor, que os tratou de maneira desrespeitosa e autoritária.

Enquanto ele encenava sua fala alguns alunos se apresentavam indignados (apesar de não confrontarem o suposto professor), outros saíram de sala e ainda havia aqueles que se mantinham atentos as suas palavras.

Quase no fim da atividade, o falso professor perguntou se alguém concordava com o discurso apresentado, aparentemente – pela falta de reação – ninguém concordava; seguindo, perguntou se concordavam com algum ponto, ao que alguns levantaram as mãos; por último, quis saber quem não concordava, desta vez um número maior de alunos ergueu a mão.

Após o questionamento, a brincadeira foi encerrada e as devidas apresentações foram feitas. No fim, o convidado fez uma breve apresentação sobre a história dos Direitos Humanos e seu significado para os dias de hoje.

É necessário apontar que muitos alunos não perceberam que se tratava de um trote, o que indica que eles acreditam ser possível um professor de Serviço Social reproduzir este tipo de discurso; o que de forma alguma é compatível com o projeto ético-político da profissão.

Vale lembrar que entre os princípios fundamentais do Código de Ética do assistente social estão: a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; e o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças. E, por mais que as diretrizes curriculares estabeleçam como princípio da formação profissional a pluralidade, esta não significa aceitar todo e qualquer tipo de prática e discurso:

O projeto pedagógico da ESS/UFRJ, sintonizado com o projeto ético-político hegemônico do Serviço Social brasileiro, tem por princípios norteadores os valores explicitados na fundamentação do Código de Ética Profissional do Assistente Social: o reconhecimento da *liberdade* como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes (autonomia, emancipação e pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais), com a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; ampliação e consolidação da *cidadania*; defesa do aprofundamento da *democracia*; posicionamento em favor da *equidade* e da *justiça social*; garantia do *pluralismo* e opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero. (ESS/UFRJ, 2014, p. 6).

Como observado, alguns alunos disseram concordar com alguns pontos defendidos pelo professor, o que significa que, a princípio, não estão compromissados com todos os valores defendidos pelo Serviço Social – o que revela que sua autoimagem não necessariamente se converte na imagem social da profissão.

Desta forma se evidencia a importância do estudo da ética durante a formação profissional para que se mantenha a autoimagem profissional, uma vez que “[...] a educação moral internalizada no processo de socialização dos indivíduos é formada de um processo de valor que a formação e a prática profissionais podem romper ou consolidar.” (BARROCO, 2010, p.76).

No turno da noite, a dinâmica foi conduzida por outro ex-aluno e pós-graduando em Serviço Social, com atuação em movimentos sociais e educação popular.

No início da aula a turma foi perguntada sobre porque existe a pobreza (por que uma pessoa é pobre?) e a riqueza (por que uma pessoa é rica?).

Para os calouros do turno da noite a pobreza é causada por “falta de educação”, “falta de oportunidade”, “acomodação” e “azar”. E as razões das pessoas serem ricas são o “trabalho”, “esforço”, “oportunidade”, “educação”, “empreendedorismo” e “sorte”.

Pelas respostas apresentadas percebe-se que os alunos do turno da noite iniciam o curso de Serviço Social imbuídos de elementos do pensamento liberal (NETTO, 2007). Neste caso, fica evidente que percebem a sociedade a partir da realidade microscópica e desconsideram os aspectos macrossocietários, focando sua análise no indivíduo, responsabilizando-o sobre as condições em que se encontra e defendendo a meritocracia.

Ao se aproximar da realidade por este viés, não é questionada a estrutura da sociedade e a exploração da força de trabalho inerente ao capitalismo, tornado assim, a riqueza e a pobreza uma questão moral e psicológica.

Como nos informa Barroco:

[...] no capitalismo monopolista, o enfrentamento moral das “sequelas” da “questão social” é uma forma de resposta a processos objetivamente construídos na (re)produção do capital e do trabalho, significando a despolitização de seus fundamentos objetivos, ou seja, do seu significado sócio-econômico e ídeo-político. Em suas determinações ético-políticas, é uma forma de moralismo, sustentada ideologicamente pelo conservadorismo moral. (2010, p.74).

Lembrando que as diretrizes curriculares propõe formar profissionais com uma diferente perspectiva de análise, “3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;” (ABEPSS, 2014, p.6-7).

Após ouvir as respostas da turma, o professor iniciou um estudo de caso. Os alunos foram apresentados ao caso de Jorge (nome fantasia escolhido pelos mesmos), este que é um homem de meia-idade, casado e com dois filhos; agora está desempregado e sozinho, em situação de rua, além de apresentar uso prejudicial de drogas.

Nesta dinâmica a turma se dividiu, pois alguns entendiam que a intervenção deveria ser feita junto a Jorge; outros junto a sua família, enquanto, timidamente, poucos disseram que deveria ser trabalhado em conjunto.

Os primeiros defendiam que por Jorge se encontrar em situação de rua, desempregado e usar drogas de maneira prejudicial é o mais vulnerável da situação e assim “carece de ajuda”, enquanto sua família pode se manter fora de risco por conta própria.

O segundo grupo, defendia o contrário, devido à avançada idade de Jorge e por ter se internado para tratar anteriormente, seria um “caso perdido”; sendo assim, seus filhos, menores de idade, e sua esposa tornam-se prioridade de intervenção, pois precisam buscar novos recursos para se sustentarem, uma vez que Jorge era o provedor da família.

Conforme foi apresentado no capítulo anterior, era característico da prática institucionalizada do Serviço Social tradicional a pesquisa e classificação de demandas; este processo que era utilizado para hierarquizar-las para definir quais seriam atendidas.

De acordo com Yamamoto e Carvalho:

A classificação será um elemento central da hierarquização dos riscos, isto é, da população a ser atingida prioritariamente. Tendo por base uma escala teórica de desajustamentos “bio-sócio-psíquo-culturais”, as situações patológicas são discriminadas [...] como “irrecuperáveis” [...] ou “recuperáveis” [...] evoluídos e não evoluídos [...] Essa classificação informará ao Serviço Social [...] a atitude a assumir [...] a qual pode variar do esquecimento a medidas paliativas rotineiras à multiplicação das iniciativas de intervenção e controle. (2013, p. 339).

Considerando a divisão da turma, parece que os novos alunos pensam ser atribuição do assistente social selecionar quem é digno ou não da intervenção.

Recentemente o Serviço Social tem encontrado dificuldade em efetivar seus princípios éticos, sendo a universalização do acesso a bens e serviços um destes princípios fundamentais. Isto ocorre por causa da ideologia neoliberal que tem conduzido às políticas sociais. Desta forma, com a diminuição do investimento nas políticas, o assistente social muitas vezes

precisa decidir qual dos usuários será beneficiado. Dada esta realidade, existe uma presente descrença dentro da categoria quanto à possibilidade de efetuação do projeto ético-político.

Ao que parece, os calouros chegam desacreditados quanto à possibilidade de universalização do acesso a serviços, o que por sua vez, enfraquece a imagem de profissional que trabalha na perspectiva de garantia de direitos. Quanto a isso, é importante apontar que:

[...] um código não pode garantir de forma absoluta a realização dos valores e intenções nele contidos, uma vez que isto remete para a qualidade da formação profissional, para o nível de consciência política e de organização da categoria, para o compromisso dos profissionais enquanto cidadãos e para as condições objetivas que incidem sobre o desempenho profissional. (PAIVA et al, 2009, p.172).

2.3.3 Aulas de introdução ao serviço social

A disciplina de Introdução ao Serviço Social – disciplina de caráter teórico e natureza obrigatória – integra a área de fundamentos da ação social, juntamente com outras disciplinas que focam no resgate crítico da história da profissão e suas práticas atuais, visando à capacitação profissional.

Esta disciplina tem por objetivo “Propiciar o conhecimento da realidade profissional no Brasil e no mundo contemporâneos, bem como da alocação funcional do Serviço Social e da legislação profissional.” (ESS/UFRJ, 2014, p.27).

Nas aulas da disciplina os alunos se apresentaram, compartilharam seus motivos de estarem cursando Serviço Social e o que esperam da universidade.

Através da observação deste momento foi possível perceber que muitos alunos iniciam o curso de Serviço Social na ESS/UFRJ com a vontade de ajudar pessoas ou sociedade. Junto disto, se apresenta uma confusão entre Serviço Social, o voluntariado e a caridade. Alguns alunos comentaram que conhecem ou já realizam “Serviço Social” através de projetos sociais que participam. Enquanto outra aluna relacionou a ajuda que presta ao seu pai com problema cardíaco à profissão, mencionando a vontade de profissionalizar sua prática através da universidade.

Vale ressaltar, a caloura que disse ter escolhido o curso por ela participar de trabalhos voluntários com pessoas em situação de rua e perceber no Serviço Social a oportunidade de ser paga por aquilo que está fazendo.

As respostas acima remontam à gênese profissional, quando, segundo Yamamoto (2011) o Serviço Social apareceu para as militantes católicas como alternativa de profissionalização das atividades que realizavam na Ação Católica. Aparentemente, o Serviço Social mantém imagem de profissionalização da ajuda, trabalho religioso, voluntariado e militância.

Outro fator recorrente que motivou a escolha dos calouros foi a grade curricular. Os mesmos dizem ter gostado das disciplinas, se identificado com as mesmas ou se interessado pelos assuntos abordados. Enquanto outros acrescentaram que buscam “conhecimento crítico” – isto que apresenta uma identificação do Serviço Social e seu posicionamento crítico, além de ir de acordo com as diretrizes curriculares:

2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social; (ABEPSS, 2014, p.6).

Aqui vale destacar a aluna que cursa Publicidade e Propaganda em outra instituição que resolveu estudar Serviço Social também, pois pretende trabalhar com “marketing político”. Segundo a mesma, o imaginário popular acredita que todo o publicitário “vai para o inferno por convencer as pessoas a fazerem o que ele quiser”. Ela entende que o curso de Serviço Social lhe propiciará conhecimento suficiente para que utilize suas habilidades publicitárias de maneira eficiente, “correta” e que mude a sociedade, ajudando as pessoas.

Segundo Abreu e Cardoso, o Serviço Social é uma atividade de cunho educativo, cuja função pedagógica se manifesta em diferentes espaços sócio-ocupacionais através da prática profissional:

Tal função caracteriza-se pela incidência dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos na referida ação, interferindo na formação de subjetividades e normas de conduta, elementos moleculares de uma cultura [...] (2009, p. 3).

De acordo com os autores, esta função pedagógica da profissão se materializa em duas diferentes concepções durante a trajetória histórica do Serviço Social. Como:

[...] estratégias educativas subalternizantes, vinculadas à necessidade de reprodução das relações de dominação e exploração do capital sobre o trabalho e o conjunto da sociedade [ou] [...] estratégias educativas emancipatórias, vinculadas à necessidade histórica de construção de uma alternativa societária à ordem do capital. (2009, p.5).

Desta forma, entende-se que a imagem de educador sempre acompanhou o Serviço Social, inicialmente como o moralizador da família trabalhadora, posteriormente como o mobilizador das massas, até o assessor dos movimentos sociais.

De acordo com a concepção de marketing político da caloura, percebe-se a compreensão da mesma quanto à função pedagógica do Serviço Social. Além de ressaltar o caráter político da profissão e seu alinhamento com a classe trabalhadora.

Outra fala que é importante de ser destacada foi da aluna que se apresentou como técnica em Enfermagem. Segundo a mesma, as pessoas tendem a pensar que uma vez que ela é técnica em enfermagem, ela deveria cursar Enfermagem na universidade; porém, a mesma relatou que optou pelo Serviço Social porque “na observação daonde eu trabalho, eu acho que há uma necessidade maior do Serviço Social do que da Enfermagem, e até no sentido de assistência mais ampla.”.

A supracitada aponta para a superação da imagem de subalternidade da profissão, assim como revela a presença de alunos que optaram pelo curso por causa do mercado de trabalho. Vale ressaltar que esta aluna é mais velha do que a média das turmas.

Outros apontamentos foram obtidos através destas observações, mas serão tratados adiante no decorrer das análises das entrevistas.

2.4 *Entrevistas*

Dado os limites da pesquisa, optou-se pela análise qualitativa das entrevistas. O roteiro destas foi dividido em duas partes: a primeira contendo um breve perfil dos alunos e a segunda abordando diretamente questões que permitem compreender a imagem do Serviço Social para os mesmos.

As informações priorizadas no perfil foram: idade, sexo, cor/raça, religião, formação, renda familiar e ocupação.

Estas informações foram coletadas para que fosse compreendida a origem socioeconômica e cultural dos entrevistados, o que permite melhor compreensão de suas respostas e a comparação entre suas respostas.

As perguntas realizadas foram:

- Como conheceu o Serviço Social? – qual é o contato deles com a profissão, qual a fonte de conhecimento dos calouros;
- Por que escolheu Serviço Social? – a motivação dos alunos diz muito sobre o que pensam da profissão e seus profissionais;
- O que é Serviço Social? – como os calouros definem a profissão;
- O que faz o assistente social? – o que entendem sobre a prática profissional, quais são as atribuições;
- O que é preciso para ser assistente social? – saber qual é o requisito profissional para os entrevistados.

Oito alunos foram entrevistados, quatro de cada turno – três mulheres e um homem. Esta escolha foi feita devida a proporcionalidade entre mulheres e homens em ambas as turmas. Além disto, foram escolhidos alunos que interagiram em sala de aula – durante as aulas-trote e as primeiras aulas de Introdução ao Serviço Social –, dando prioridade para aqueles que relataram ter escolhido Serviço Social como primeira opção.

Primeiramente será apresentado o perfil autodeclarado dos entrevistados, posteriormente suas respostas serão analisadas com enfoque no assunto debatido neste trabalho¹².

Foram utilizados nomes fantasia para facilitar distinguir e referenciar os entrevistados, sem violar o sigilo dos mesmos.

Os assuntos destacados foram escolhidos por devido a importância dos mesmos na história da profissão e na construção de sua imagem social, assim como a repetição destes durante as entrevistas ou a falta marcante de alguns pontos.

2.4.1 Perfil

Os entrevistados do turno da manhã:

- Letícia – mulher branca de vinte e um anos, evangélica, com renda familiar de oito salários mínimos;
- Thaísa – mulher branca de vinte anos, evangélica, com renda familiar de três salários mínimos. Formada em gestão de recursos humanos. Durante a aula trote foi uma das pessoas que disseram concordar com alguns pontos defendidos pelo falso professor de Filosofia;
- Lucas – homem negro de dezoito anos, evangélico e não soube informar sua renda familiar;
- Gizele – mulher negra de dezenove anos, católica, com renda familiar variável – sua família é composta por trabalhadores autônomos. Coursou Ciências Sociais na Universidade Estadual do Rio de Janeiro durante três períodos.

Os entrevistados do turno da noite:

¹² As informações completas de cada entrevistado podem ser encontradas no Anexo 1.

- Raquel – mulher negra de vinte e oito anos, bolsista e não possui vínculo religioso. Natural de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, morava em uma das favelas da cidade. A mesma veio para o Rio de Janeiro por causa da faculdade. Anteriormente cursava Letras/Literatura;

- Tamara – mulher parda de quarenta e nove anos, cristã, com renda familiar de três salários mínimos. Graduada em Artes Cênicas, com pós-graduação em “atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica”. Trabalha como técnica administrativa;

- Diego – homem pardo de vinte anos, sem vínculo religioso e com renda familiar de um salário mínimo. Mora em uma das favelas de São João de Meriti. Trabalhou durante um ano, mas abandonou o emprego para estudar para o ENEM;

- Thaynan – mulher branca de dezenove anos, sem vínculo religioso e não soube informar sua renda familiar. Formada em telecomunicações.

As primeiras informações que se obtém analisando o perfil dos entrevistados é que o curso continua majoritariamente feminino, sendo as turmas compostas principalmente por jovens de vinte anos, com vínculo religioso – principalmente religiões cristãs – e com renda familiar de até três salários mínimos.

As duas turmas apresentam alunos mais velhos, estes em maior número no turno da noite. Certamente as duas turmas apresentam alunos que não possuem vínculo religioso, mas esta informação apenas apareceu nas entrevistas dos alunos do noturno. Outra diferenciação entre as turmas – de acordo com as informações coletadas na entrevista – é a experiência profissional, apenas uma aluna da noite está trabalhando e outro aluno mencionou ter trabalhado. Aparentemente, mais alunos do turno da noite tendem a trabalhar enquanto estudam do que os alunos do turno da manhã.

A partir da abordagem de Barroco (2009) sobre as bases filosóficas da ética do Serviço Social, entende-se que a filosofia cristã compreende os valores como absolutos e imutáveis, cabendo à humanidade se submeter; além de apresentar tendência de priorizar a dimensão moral na análise da realidade, e assim, moralizar os problemas sociais.

Como apresentado no capítulo anterior, as pioneiras eram militantes de movimentos católicos que percebiam o Serviço Social como vocação missionária (IAMAMOTO E CARVALHO, 2013), pode-se concluir que o fato do Serviço Social continuar atraindo pessoas das igrejas indica que a imagem tradicional da profissão permanece.

Outra característica comum diz respeito à renda familiar – desconsiderando aqueles que não souberam responder a pergunta. A maioria dos entrevistados tem renda familiar de no máximo três salários mínimos, ou seja, são oriundos dos segmentos mais pobres da sociedade.

Como foi visto neste trabalho, a princípio a profissão era destinada para filhas da burguesia (IAMAMOTO E CARVALHO, 2013), este quadro muda quando as transformações na sociedade passam a demandar a expansão do quadro técnico. A partir de então, as classes mais pobres (IAMAMOTO, 2011) começaram a integrar a categoria, alterando o perfil profissional. Esta tendência que parece se intensificar atualmente devido aos programas governamentais de acesso e permanência na universidade.

2.4.2 Como conheceram o Serviço Social

Iniciando as entrevistas lhes foi perguntado como conheceram o Serviço Social. Tal pergunta foi realizada por considerar importante saber de qual fonte obtiveram informação para compor a imagem que eles têm do Serviço Social.

Letícia foi a única entrevistada que afirmou não conhecer nenhum assistente social. Todos os demais conhecem algum familiar, amigo ou colega que é assistente social ou é

estudante de Serviço Social. De fato, a única aluna entrevistada que tem assistente social na família é Gizele.

Aparentemente, o principal meio de se tomar conhecimento do Serviço Social é o contato com um profissional.

Outros meios citados foram orientação profissional, pesquisa na internet e participação em projetos sociais.

Interessante notar que nenhum dos alunos selecionados para a entrevista relatou ter sido usuário da profissão¹³.

2.4.3 Identidade

Todos os entrevistados, em algum momento da pesquisa, mencionaram que se identificam com a profissão ou que o Serviço Social combina com a personalidade deles.

Segundo Ortiz:

A afirmação do perfil pessoal como elemento fundamental para a escolha pelo curso de Serviço Social, tende a reafirmar, embora em outras direções, a mesma necessidade sentida historicamente [...] para ingresso no curso de Serviço Social, a qual atravessa esta profissão desde suas protoformas, quer seja – o caráter vocacional, a perspectiva de que para ser assistente social tem que ter, acima de tudo, vocação. (2010, p. 206-207)

2.4.3.1 Profissão de pobres para pobres

Em sala de aula Diego afirmou que “nasceu para o Serviço Social”. O mesmo justificou sua afirmação mencionando que nasceu e mora em uma favela em São João de Meriti (Município da Baixada Fluminense, região pobre do estado do Rio de Janeiro), ter sempre estudado em escola pública – inclusive ter reprovado no terceiro ano – e gostar de política.

¹³ Durante a observação das aulas de Introdução ao Serviço Social, uma das alunas relatou que se interessou pela profissão após – segundo a mesma – ter sido mal atendida por uma assistente social. O que a levou a pesquisar sobre o Serviço Social.

Tamara também apresentou discurso semelhante. De acordo com a mesma, a escolha por Serviço Social começou em sua casa, por causa de ter sido criada por pais pobres e ter sido “ensinada a viver em um mundo com menos diferença e desigualdade”.

Conforme abordado no primeiro capítulo, a partir da entrada do Serviço Social no circuito universitário, o curso começou a ser procurado pelos setores mais pobres, e assim, ser reconhecido como profissão de pobre para os pobres (MONTAÑO, 2007).

Para Raquel, o Serviço Social “*não é só ser assistente social, tem outros caminhos*”. Vale ressaltar que a mesma diz se identificar com a profissão, por causa de sua realidade como moradora de favela no Rio Grande do Sul; assim como sua participação em movimentos negros. Outros fatores que influenciaram esta escolha foram “seus anseios para a sociedade”, sua vontade de trabalhar a valorização das mulheres negras através da literatura. Acrescentou que pretende ser um “*ponto positivo*” da favela onde mora. Raquel acredita ainda que o Serviço Social se estende para além da profissão e do espaço sócio-técnico do trabalho ocupado pela mesma. A fala da mesma apresenta traços do militância política presente na profissão, principalmente nos anos 1980.

Voltando a análise de Montañó (2007) acerca da entrada dos segmentos mais pobres no Serviço Social, o mesmo alerta que esta aproximação entre profissional e usuário pode levar “o assistente social, em diversos casos, a ignorar sua funcionalidade e significação social, percebendo-se como ‘intelectual orgânico’ das classes trabalhadoras.” (p. 104).

2.4.3.2 Orientação profissional

Gizele e Letícia informaram ter participado de orientação profissional. As duas são mulheres de mesma faixa etária, cristãs, escolheram o Serviço Social por querer trabalhar com pessoas, além de relacionarem a ideia de direitos à profissão.

Esta informação levanta algumas questões: qual é o perfil do assistente social para os orientadores profissionais? Quem são os sujeitos que definem os critérios que relacionam alguém a profissão? Quais são estes critérios?

Estes processos de orientação profissional – seja o realizado por profissionais ou testes da internet – utilizam-se de uma imagem do Serviço Social que não necessariamente se vincula à autoimagem da profissão, sendo, por isso, responsáveis por atrair ou distanciar alunos do curso.

Em todo caso, isto leva a outra pergunta: existe um perfil para ser assistente social?

Como foi visto com Iamamoto e Carvalho (2013), as primeiras Escolas de Serviço Social selecionavam seus alunos baseados em critérios de personalidade, aparência e origem, e procuravam cristalizar tais elementos de personalidade nos mesmos; o que só foi rompido com o ingresso do Serviço Social na universidade. Processo que foi rompido com a entrada do Serviço Social na universidade:

Até a década de 70, pelo menos, a seleção para as Faculdades de Serviço Social incluía, além de exame vestibular, a exigência de testes vocacionais, realizados por especialistas, que buscavam detectar as aptidões e tendências pessoais do candidato à profissão. (IAMAMOTO, 2011, p.50).

Como foi apresentado, o atual projeto ético-político do Serviço Social se desvencilhou da concepção moralista da profissão, se legitimando através de aporte teórico-metodológico e ético-político; dos assistentes sociais espera-se competência em todas as dimensões da prática profissional e atuação de acordo com os princípios do Código de Ética; regula-se a prática profissional, sem regular o comportamento e a personalidade do assistente social.

É preciso realizar outra pesquisa para identificar qual é a imagem utilizada nestes processos, mas ao se deparar com o perfil de Gizele e Letícia, e suas similaridades, existe uma tensão entre a velha e a nova imagem do Serviço Social.

2.4.3.3 Indicação

Thaísa mencionou que seus amigos assistentes sociais e amigos estudantes de Serviço Social dizem que a mesma tem “tudo a ver” com a profissão.

Esta entrevistada é formada em gestão de recursos humanos, participa de projetos sociais de sua igreja – adolescentes, idosos, “menores de rua”. Além disso, acredita que o Serviço Social ajuda as pessoas e estabelece vínculos com as mesmas. Também pensa que para ser assistente social é preciso amar as pessoas e dar carinho.

Vale frisar que Thaísa foi uma das alunas que concordou com algumas afirmações dita pelo falso professor de Filosofia durante a aula-trote.

Em nenhum momento esta entrevistada mencionou direitos e políticas, mas apontou que o assistente social realiza acompanhamento familiar.

A questão aqui não é definir se Thaísa tem ou não o “perfil” de assistente social, mas procurar entender qual é a imagem do profissional e da profissão para os amigos da mesma.

A entrevistada teria “tudo a ver” com o Serviço Social por ser voluntária de projetos sociais ligados à igreja e possivelmente ser carinhosa com as pessoas?

2.4.4 Profissionalização da ajuda

O conceito de ajuda foi utilizado para responder o que é Serviço Social, o que faz o assistente social e quando revelaram suas motivações para ingressarem no curso.

Importante apontar que sete dos entrevistados conhecem assistentes sociais. Mas apenas uma não relacionou a profissão à ajuda. De alguma forma o contato com os profissionais não é o suficiente para desfazer esta imagem.

Letícia, Thaísa e Lucas mencionaram que se sentiram motivados a cursar Serviço Social pelo desejo de ajudar pessoas. Interessante notar que os três entrevistados que se apresentaram como “evangélicos” responderam que optaram pelo curso pensando em ajudar pessoas.

Thaynan, também se motiva pelo sentimento da ajuda. A mesma não possui vínculo religioso, entretanto também deseja ajudar a sociedade, não focando apenas no indivíduo.

A diferença entre as duas respostas é um claro exemplo de como antigos conceitos se apresentam com uma nova roupagem. Enquanto os alunos evangélicos respondem que querem ajudar pessoas, a aluna sem vínculo religioso quer transformar a sociedade. Isto remete a transformação da categoria de apóstolos sociais para agentes da mudança.

De acordo com Tamara, Thaísa e Thaynan, o assistente social ajuda as pessoas.

Nestes casos, a imagem de ajuda profissionalizada não os permite alcançar a realidade de que o Serviço Social é uma profissão como as outras, sendo o assistente social um trabalhador assalariado e todas as implicações que derivam disto:

Mobilizado por motivações pessoais e pela “boa intenção” de solidariedade humana aos setores mais pauperizados e oprimidos da sociedade, o profissional acredita, frequentemente, estar trabalhando para os interesses do “povo”. Porém, sua crença é subvertida através de sua prática, transmutando-se em resultados que negam as representações de seu fazer. Confunde, frequentemente, intenções com resultado e o significado social de sua intervenção profissional na sociedade. (IAMAMOTO, 2011, p.53).

2.4.4.1 Voluntariado

Diego, Letícia, Thaísa, Raquel e Tamara entendem que o Serviço Social é ajudar.

É importante apontar que todos os entrevistados que relataram envolvimento com voluntariado em projetos sociais correlacionaram o Serviço Social com a ajuda.

Conforme foi apontado no capítulo anterior (IAMAMOTO E CARVALHO, 2013), as Escolas de Serviço Social atraíam membros dos movimentos católicos que viam na profissão semelhança com as mesmas atividades que praticavam. Aparentemente, este movimento tende a se repetir hoje; redimensionado, agora atraindo os voluntários.

2.4.4.3 Não é ajuda

A concepção de ajuda apareceu em quase todas as entrevistas. A única exceção sendo Gizele, que em nenhum momento utilizou desta palavra para responder as questões apresentadas.

Lembrando que Gizele tem assistente social na família. Esta proximidade com o profissional provavelmente influenciou-a ao ponto de perceber o Serviço Social como profissão e não como ajuda. A mesma também cursou Ciências Sociais por três períodos, outro fator que pode ter influenciado a mesma.

2.4.5 Mercado de trabalho e Prática profissional

Tanto durante a observação em sala de aula, como durante as entrevistas o mercado de trabalho dos assistentes sociais foi citado. Alguns apontando que foi um dos fatores que lhes fizeram optar pelo curso.

2.4.5.1 Execução e Planejamento

Para Gizele o mercado de trabalhado da profissão foi fundamental para sua escolha pelo curso, pois relatou ter abandonado o curso de Ciências Sociais por achar muito restrito o mercado de trabalho e por não desejar lecionar. A mesma também informou que tem vontade de trabalhar com pessoas

Interessante notar que a família de Gizele é formada por profissionais autônomos, sem renda fixa. É provável que este elemento tenha influenciado na sua escolha pelo Serviço Social, uma vez que a mesma relatou ter escolhido o curso por possuir “mercado de trabalho mais amplo”.

As respostas de Gizele demonstram que a mesma se decidiu pela profissão por causa da dimensão de execução da profissão.

Como visto com Netto (2007), os assistentes sociais são chamados principalmente para serem executores terminais de políticas sociais. O que conforme Ortiz (2010) estabelece uma imagem de profissional subalterno. Entretanto, este espaço de intervenção profissional parece ser um dos motivos principais para os entrevistados ingressarem no Serviço Social.

Esta conclusão se baseia no fato de que outros entrevistados mencionaram a vontade de trabalhar com pessoas, mencionar a prática do encaminhamento ou do acompanhamento familiar, além de comentarem algo sobre relações intrapessoais – usuário-profissional.

Vale ressaltar que Lucas foi o único a responder que o Serviço Social formula políticas; além de acreditar ser responsabilidade do assistente social apontar a necessidade de novas políticas.

2.4.5.2 Por dentro e por fora do Estado

Para Diego, o mercado de trabalho da profissão foi fundamental para sua escolha pelo curso. Além disto, foi o único entrevistado a citar também o setor privado como mercado de trabalho para o Serviço Social. Também comentou que deseja se formar para criar projetos sociais. E conforme o mesmo, o Serviço Social trabalha com “os direitos que o Estado não garante”.

As informações dadas por Diego indicam que o mesmo enxerga mercado de trabalho para o assistente social não apenas na dimensão pública, ou seja, em empresas, ONGs, projetos sociais.

Conforme abordado anteriormente, o Serviço Social é historicamente atrelado ao Estado. As mudanças estruturais nas instituições de ensino de Serviço Social, assim como a atualização das práticas profissionais têm forte conexão as mudanças do Estado que, por sua vez, exigiram que a profissão se reconfigurasse para atender as novas demandas.

Atualmente existe mercado de trabalho para o assistente social em empresas, projetos sociais e movimentos sociais, entretanto o Estado continua sendo o principal empregador da categoria, o que, por sua vez, gera a imagem de servidor público para o profissional.

A resposta de Diego aponta que uma minoria, aparentemente, de novos alunos percebem as novas possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

Por outro lado, Letícia entende que o Serviço Social foi criado pelo Estado. O que indica a reafirmação da imagem da profissão atrelada ao mesmo. Porém, também indica a não compreensão do processo do surgimento da profissão.

Como visto no capítulo anterior, a profissão surgiu com o advento do capitalismo à sua fase monopolista, com a reestruturação do Estado para atender as demandas do capital e sua nova dinâmica de exploração. Porém, neste processo, o Estado não é o único sujeito envolvido. Além dele, existiu a classe trabalhadora organizada pressionando, a Igreja Católica e sua agenda de moralização e doutrinação do país e o empresariado interessado em controlar a massa trabalhadora e maximizar seus lucros.

Este entendimento é importante para que se compreenda o significado social da profissão, seus limites e possibilidades. Conhecimento que a mesma vai adquirir na universidade conforme proposto no currículo pleno da ESS/UFRJ.

2.4.5.3 Docência e Pesquisa

Apesar de enxergarem este amplo mercado de trabalho, em momento algum os calouros mencionaram o docência e a pesquisa como área de atuação do assistente social ou demonstraram o desejo de atuarem nestas áreas. Pelo contrário, alguns mencionaram que escolheram o Serviço Social por não desejarem lecionar.

Desde o início da profissão existem assistentes sociais lecionando nas Escolas de Serviço Social. Além disso, com o passar dos anos a categoria produziu material próprio,

principalmente após a inserção do Serviço Social na universidade e a abertura da pós-graduação e doutorado; o que ampliou em larga escala a produção teórica da categoria.

Como foi visto com Netto (2011), a erosão do Serviço Social tradicional, assim como a construção de uma nova autoimagem para a profissão teve o surgimento de profissionais voltados para a docência e pesquisa como pontos principais.

Nenhum dos entrevistados terem mencionado esta dimensão da prática profissional sinaliza novamente para a imagem de assistente social como executor de políticas.

2.4.5.4 A prática do afeto

Tháisa e Tamara associam a prática profissional com “dar carinho”. Ambas são mulheres, cristãs e relataram participação voluntária em projetos sociais com crianças e adolescentes.

Outras entrevistadas relacionaram a profissão e sua prática com questões interpessoais, alguma ligação a nível pessoal entre profissional e o usuário. O que por sua vez remete ao perfil profissional desejado para os primeiros assistentes sociais como visto com Iamamoto e Carvalho (2013).

Importante apontar que nenhum dos homens mencionou nada próximo a isso.

Aparentemente, as novas alunas reproduzem certas características que o pensamento conservador estipula para as mulheres, e, de certa forma, as mesmas projetam tais características no Serviço Social. O que, por sua vez, indica a permanência da imagem tradicional da profissão.

2.5 Remuneração

No que diz respeito à remuneração, Tamara e Thaynan citaram a mesma como um ponto negativo do Serviço Social, mas também como algo que se deve relevar ou que não seja o suficiente para as afastarem da profissão.

Até o presente momento, o assistente social não possui um piso salarial, constituindo assim, uma das lutas da categoria. Desta forma, os salários dos agentes variam bastante, chegando a valores muito baixos em muitas ocasiões.

Considerando a análise de Yamamoto (2011) acerca da inserção dos segmentos médios da sociedade na profissão e suas motivações, entende-se que apesar de ser mais um trabalhador assalariado dentro da divisão sócio-técnica do trabalho, os assistentes sociais parecem se importar menos com o quanto irão receber exercendo esta função, do que com o significado que dão para suas atividades profissionais. Desta forma, além de se sujeitarem a condições precárias de trabalho, mantêm traços do Serviço Social tradicional, que neste caso se traduz na profissão como vocação.

Interessante notar que o único entrevistado que mencionou o salário como motivação da escolha pelo curso foi Diego, segundo o mesmo, o assistente social recebe um “salário legal”. Lembrando que este entrevistado afirmou ter renda familiar de um salário mínimo.

2. 6 Dimensão política

Thaynan e Diego mencionaram que um dos motivos de terem escolhido o curso foi por gostarem de política.

Como foi apresentado anteriormente, nos códigos de ética e nos discursos dos assistentes sociais ao longo da trajetória histórica da profissão (IAMAMOTO E CARVALHO, 2013), o Serviço Social durante suas primeiras décadas sustentou uma pretensão postura de neutralidade. Apenas com o Movimento de Reconceituação (NETTO, 2005) que este quadro mudou.

Em 1980, a categoria não apenas reconheceu sua dimensão política, como assumiu seu compromisso com a classe trabalhadora. Atualmente o projeto ético-político do Serviço Social se posiciona criticamente diante da ordem capitalista, participando de um projeto que visa a superação da mesma, em busca de uma sociedade livre de exploração.

Thaynan e Diego relacionarem a profissão ao seu interesse por política sinaliza para o enfraquecimento da imagem de neutralidade da profissão e o reconhecimento de seu significado político.

Letícia respondeu que o assistente social deve entender sobre política e a relação entre Estado e a sociedade.

Com relação a este entendimento necessário ao assistente social, Yamamoto diz que:

Não sendo este um profissional liberal, já que sua atuação realiza-se através dos organismos da sociedade civil e, especialmente do Estado, estes organismos constituem as “pontes” das relações entre profissional e as classes sociais. Aprender, portanto, o caráter de classe das organizações nas quais trabalha o profissional, predominantemente na condição de intelectual subalterno em face da estrutura de poder dessas organizações, é condição para se desvendar o significado dessa instituição e os efeitos sociais de seus agentes. (2011, p. 45).

A autora ainda se refere ao assistente social como profissional da coerção e do consenso, se colocando entre as instituições e a classe trabalhadora.

Desta forma, se torna necessário que o profissional compreenda a dinâmica entre as classes, o significado social da profissão para que assim possa atuar profissionalmente numa perspectiva crítica, ética-política e competente, de acordo com o projeto ético-político do Serviço Social.

2.6.1 Profissional na defesa de direitos

Gizele acredita ser função do Serviço Social e do assistente social “garantir direitos” e que o profissional não pode ter preconceitos.

Segundo Ortiz:

Vale ressaltar que a vinculação da profissão aos direitos, e mais precisamente à sua garantia, pode gerar uma interpretação falaciosa dos reais limites da profissão, tendo

em vista que a efetiva garantia de direitos sociais não se circunscreve a uma categoria profissional, mas a alteração do padrão político-econômico de determinada ordem societária. Lutar pela defesa, e até pela garantia dos direitos é bastante diferente de garanti-los imediata ou mediamente. A vinculação direta e indireta à garantia de direitos, sem reconhecimento e a incorporação das devidas mediações, tende a gerar uma compreensão messiânica e voluntarista da profissão, processo este historicamente, e em especial, rechaçado por suas vanguardas. (2010, p. 210).

Contudo, apesar dos equívocos, atrelar a profissão à noção de direitos é um avanço na direção do rompimento com a imagem da ajuda – que foi abordada anteriormente. Ainda mais quando o atual Código de Ética se posiciona na luta pela democratização e universalização dos direitos, além de se opor a toda forma de discriminação.

Letícia respondeu que se interessou pelo Serviço Social por querer trabalhar de maneira a fazer as pessoas conhecerem seus direitos.

Como foi visto anteriormente com Abreu e Cardoso (2009), a profissão tem sua função pedagógica que pode servir para subordinar ou emancipar os usuários. Com a afirmação de Letícia, a mesma demonstra perceber a função pedagógica da profissão, assim como a direção da categoria pela defesa de direitos.

2.7 Formação

Quando perguntados sobre o que é necessário para ser assistente social, Gizele foi a única a responder que é preciso estudar, isto é, ser graduado em Serviço Social.

Novamente vale ressaltar que Gizele tem assistente social na família e isto provavelmente influenciou sua resposta.

Entretanto, apesar de não haverem apontado a formação profissional como necessário, é preciso considerar que Diego mencionou ter vontade de continuar estudando Serviço Social até o Doutorado, e Tamara ter revelado que já tem em mente seus temas de pós-graduação (intervenções artísticas junto a famílias em situação de violência doméstica) e mestrado (intervenção em situações de emergência e desastres naturais). Tamara, inclusive, tentou

mestrado em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro antes de ingressar na graduação da ESS/UFRJ.

As informações obtidas continuam a apontar para a tensão entre diferentes concepções profissionais. Se por um lado observam-se alunos se preocupando com o conteúdo das disciplinas e buscando conhecimento crítico que os capacite a desvendar a realidade da sociedade, é alarmante apenas um a entrevistada ter mencionado que é necessário estudar para ser assistente social.

O fato de características comportamentais e morais serem as primeiras respostas a virem em suas mentes quando apresentados a esta questão, aponta para a constante presença de aspectos da imagem do Serviço Social, construída no início da profissão. Neste caso, a papel secundário da teoria na prática profissional e a que é desnecessário estudar para realizar a função do assistente social (Ortiz, 2010).

2.8 “Psicólogo, só que não”

Durante as entrevistas, Thaísa e Lucas revelaram ter ficado em dúvida sobre cursar Psicologia ou Serviço Social. Mais curioso ainda foi a resposta de Raquel quando perguntada sobre o que faz o assistente social, segundo a mesma o profissional, atua “como se fosse um psicólogo, só que não”.

Juntamente com as respostas obtidas nas entrevistas, deve-se considerar que outros alunos que revelaram ter ficado com a mesma dúvida que Thaísa e Lucas, assim como uma aluna que relatou ter iniciado o curso de Psicologia e ter largado, além de outra que cursava as duas graduações ao mesmo tempo.

Como abordado no capítulo passado, principalmente nas décadas de 1940 e 1950, mas também presente dos dias da ditadura militar, com influências presentes até hoje, existiam assistentes sociais que entendiam as expressões da “questão social” como problemas

psicológicos, relacionados diretamente com os sujeitos. Desta forma, caberia aos profissionais intervir de maneira que os usuários superassem suas limitações e se ajustassem as morais da sociedade. Esta linha de raciocínio que, por sua vez, valoriza os aspectos microssocietários em detrimento dos macrossocietários.

Importante ressaltar que o projeto ético-político hegemônico rompeu com esta perspectiva psicologizante da “questão social”, herdeira da influência norte-americana.

Interessante notar que é normal encontrar mais de um aluno de Serviço Social que desejava ou tinha dúvida em cursar Psicologia. De alguma forma, os alunos costumam associar a prática das duas profissões.

2.9 Messianismo

Iamamoto define:

[...] o messianismo utópico, que privilegia as intenções, os propósitos do sujeito profissional individual, num voluntarismo marcante, que não dá conta do desvendamento do movimento social e das determinações que a prática profissional incorpora nesse mesmo movimento. O messianismo traduz-se numa visão “heroica”, ingênua, das possibilidades revolucionárias da prática profissional, a partir de uma visão mágica da transformação social. (2011, p. 115-116).

Segundo a autora, esta concepção de prática social é uma das mais recorrentes na profissão. Algumas respostas indicaram para esta direção.

Letícia deseja “suprir as falhas do governo”; para Thaísa o Serviço Social “resolve questões difíceis”; Diego acredita que o Serviço Social garante os direitos que o Estado não consegue; Gizele pensa que o assistente social garante direitos.

Entretanto, Tamara e Thaynan que desejam mudar/transformar o mundo, mas disseram que é preciso ser realista, entender os limites da profissão. Interessante apontar que Tamara e Thaynan foram as únicas entrevistadas que mencionaram a baixa remuneração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das informações obtidas junto às turmas do turno da manhã e da noite do período 2014.2 da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro mostra que a imagem do Serviço Social continua em constante disputa.

Como visto neste trabalho, a imagem do assistente social, assim como a da profissão, se transformou no decorrer da história do Serviço Social e da sociedade brasileira. Estas que são consequências das disputas teórico-ideológicas dentro da categoria, assim como das reestruturações do Estado e das alterações do plano econômico e político nacional e internacional.

Mesmo sendo uma profissão relativamente nova, o Serviço Social passou por grandes mudanças. Se inicialmente era considerada evolução da caridade, atividade destinada apenas para mulheres da burguesia, com o intuito de moralizar os trabalhadores e suas famílias. Com o passar das décadas o Serviço Social foi se firmando como profissão e campo de conhecimento específico aplicado, assim como seus profissionais se posicionando como profissionais intelectuais, críticos, competentes e comprometidos com a sociedade.

Todos os processos de transformação foram tensionados por diferentes concepções de profissão que disputavam a hegemonia dentro da categoria. Participavam dos debates profissionais, docentes e discentes. Enquanto do lado de fora os usuários e os demais trabalhadores apenas percebiam o movimento externo, ou seja, a prática dos profissionais.

Muito do conteúdo dos debates que se apresentaram durante as décadas permaneceram dentro da categoria, onde apenas os profissionais tem acesso. Desta forma torna-se impossível para que alguém que não estude a profissão compreenda a totalidade do Serviço Social.

Os novos alunos e futuros assistentes sociais ingressam no curso com uma pequena noção da profissão que eles se propuseram estudar. De fato, as informações que eles apresentam são apenas o que conseguem deduzir da imagem social do Serviço Social.

No imaginário dos mesmos está refletida a tensão entre o velho e o novo. A noção da ajuda caminha ao lado da de direitos, enquanto reconhecem a profissão como trabalho intelectual, também valorizam as características morais de seus agentes. Apesar de não saberem informar o que é a profissão, dizem se identificar com a mesma. Além de reconhecerem a profissão como fonte segura de sustento, não parecem se importar tanto com isso. Desta forma, elementos racionais se misturam com irracionais. Características do pensamento crítico se mesclam com o do pensamento conservador.

Deste modo, a universidade se torna o ambiente principal de disputa da imagem da profissão, o local privilegiado onde realmente se pode efetivar a destruição da antiga imagem do Serviço Social para que seja substituído pela autoimagem produzida pelo conjunto dos profissionais. Assim como desconstruir concepções equivocadas de seus alunos para que as mesmas não sejam reproduzidas em suas práticas profissionais.

Considerando que a maioria dos brasileiros nunca entrará nas salas de aula dos cursos de Serviço Social, é necessário pensar outras formas para se difundir a autoimagem da profissão, para que assim ela cada dia mais se torne a imagem social do Serviço Social brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G. Mobilização social e práticas educativas. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. 1.ed. Brasília: 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTENTES SOCIAIS. **Código de ética profissional dos assistentes sociais (1947)**. São Paulo, 1947. Disponível em: http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CEP_1947.pdf
Acesso em: 19 de Julho de 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Lei de Diretrizes Curriculares**. Rio de Janeiro: 1996. Disponível em: http://www.cressrs.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf Acesso em: 10 de Outubro de 2014.

BARROCO, Maria Lucia Silva. Bases filosóficas para uma reflexão sobre ética e Serviço Social. In: BONETTI, Dilséa Adeodatra (org.) et al. **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti. Ética, política e emancipação: a atualidade das nossas escolhas. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO RIO DE JANEIRO. **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais**. 1.ed. Rio de Janeiro: 2013.

BRASIL. **Decreto 994, 15 de maio de 1962**. Disponível em: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=994&tipo_norma=DCM&d ata=19620515&link=s. Acesso em: 9 de Novembro de 2014a.

_____. **Lei 3.252, de 27 de agosto de 1957**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3252.htm. Acesso em: 9 de Novembro de 2014b.

_____. **Lei 8.662, de 7 de junho de 1993**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm. Acesso em: 14 de Julho de 2014c.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm Acesso em: 6 de Janeiro de 2015.

CASTRO, M. M. C.; TOLEDO, S. N. **A reforma curricular do Serviço Social de 1982 e sua implantação na faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora**. Disponível em: libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/download/1592/1157
Acesso em: 10 de Dezembro de 2014.

CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS. **Código de ética profissional do assistente social (1965)**. Rio de Janeiro: 1965. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CEP_1965.pdf
Acesso em: 19 de Julho de 2014a.

_____. **Código de ética profissional do assistente social (1975)**. Rio de Janeiro: 1975.
Disponível em:

http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CEP_1975.pdf
Acesso em: 19 de Julho de 2014b.

_____. **Código de ética profissional do assistente social (1986)**. Rio de Janeiro: 1986.
Publicado no Diário Oficial da União nº 101, do 02/06/86, Seção I, páginas 7951 e 952.
Disponível em:

http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CEP_1986.pdf
Acesso em: 19 de Julho de 2014c.

_____. **Código de ética profissional do assistente social (1993)**. Aprovado em 13 de Março de 1993 Com as alterações Introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf Acesso em: 14 de julho de 2014d.

ELIAS, W. F; OLIVEIRA, C. A. H. S. As diferentes configurações da dimensão sócio-educativa do serviço social brasileiro na sua trajetória histórica profissional. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v.17, n. 2, 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Reconceituação** do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento?. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: 2005.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 38.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: Ensaio crítico. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sobre o Enem**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/enem/sobre-o-enem>
Acesso em: 6 de Janeiro de 2015.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **O Sisu**. Disponível em: <http://sisu.mec.gov.br/sisu> Acesso em: 6 de Janeiro de 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE. **Diretrizes curriculares**: curso de Serviço Social. 26 de fevereiro de 1999. Brasília. Disponível em:
http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf Acesso em: 10 de outubro de 2014.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete (org.) et al. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Ditadura e serviço Social: uma análise do serviço Social no Brasil pós-64**. 16.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Movimento de reconceitualização : 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, 84, 2005.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social e sua imagem: avanços e continuidades de um processo em construção**. Rio de Janeiro: UFRJ/CFCH/ESS, 2007. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B2xO1cAz_Po4MTQ3OGZmNmEtOWQwYi00MmJmLWEwMDEtYWVNiYzFhNzIwYTdi/view?pli=1 Acesso em: 6 de dezembro de 2014.

_____. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes**. 1.ed. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010.

_____. Serviço Social e Ética: a constituição de uma imagem social renovada. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (org). **Ética e Direitos: Ensaio críticos**. 1.ed.. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto de et al. Reformulação do Código de Ética: pressupostos históricos, teóricos e políticos. In: BONETTI, Dilséa Adeodatra (org.) et al. **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TEIXEIRA, J.B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. 1.ed. Brasília: 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Escola de Serviço Social. **Currículo Pleno: curso de graduação em Serviço Social**. 3 de maio de 2001. Disponível em: <http://www.ess.ufrj.br/sites/default/files/curriculo%20pleno.pdf> Acesso em: 17 de Outubro de 2014.

WERNER, Rosiléa Clara. **Análise das diretrizes curriculares para o Serviço Social a partir da resolução CNE/CES 15/2002**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, 3, 2011. Disponível em: www.isapg.com.br/2011/ciepg/download.php?id=184 Acesso em: 23 de Novembro de 2014.

ANEXOS

ANEXO 1

SISTEMATIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

1. Letícia

Letícia é uma mulher branca de vinte e um anos, evangélica, com renda familiar de oito salários mínimos e estudante do turno da manhã.

A mesma conheceu o Serviço Social pesquisando sobre o mesmo na internet e através de orientação vocacional realizada.

Letícia acredita que sua personalidade combina com o Serviço Social, sendo esta uma das razões por ter optado pelo curso. Outras razões seriam a grade curricular, seu envolvimento com projetos da sua igreja, a oportunidade de arranjar emprego “em ambientes que ajudam as pessoas”, “fazer com que as pessoas conheçam seus direitos”, e “ser um instrumento para suprir as falhas do governo”.

Quando questionada sobre o que é o Serviço Social, Letícia respondeu que é “uma área que o governo criou para ajudar pessoas com déficit e problemas”, e, também, “presta assistência às pessoas que precisam”. Acrescentou ainda que é conhecer direitos e ajudar.

Seguindo a entrevista, para ela o assistente social “ajuda conduzir pessoas que precisam de políticas sociais”, além de melhorar o atendimento.

Para Letícia, para ser assistente social é preciso se “colocar no lugar do outro”, ter paciência, “um olhar crítico da sociedade” e conhecer a política, “a relação entre governo e população”.

2. Thaísa

Thaísa é uma mulher branca de vinte anos, evangélica, com renda familiar de três salários mínimos. A mesma relatou ser formada em gestão de recursos humanos. Thaísa é

aluna do período da manhã. Durante a aula trote, ela foi uma das pessoas que disse concordar com alguns pontos defendidos pelo falso professor de Filosofia.

Quando perguntada, disse ter conhecido a área por meio de amigos que são assistentes sociais ou estudantes de Serviço Social, e por participar dos projetos sociais de sua igreja.

Antes de começar a faculdade ela estava em dúvida entre os cursos de Psicologia e Serviço Social. Sua escolha por ingressar no curso atual se deu devida a influência de amigos e o que leu sobre a profissão. Segundo relato, seus amigos diziam que ela “tinha tudo a ver com o Serviço Social”, e depois de ler mais sobre o assunto, diz ter se identificado. Thaísa também informou que trabalha na igreja com “menores de rua”, adolescentes e idosos, mas deseja se especializar na área para “ajuda-los melhor.”.

Nas palavras da entrevistada, o Serviço Social é “porta para ajudar, apoiar as pessoas”, “tentar auxiliar”, “resolver questões difíceis” e estabelecer vínculo com estas pessoas.

Sobre a prática do assistente social e sua função, ela disse que o profissional tem ampla área de trabalho – “menores infratores, escolas, hospitais” –, sendo responsável por “melhorar a vida” das pessoas e de realizar acompanhamento familiar.

Thaísa também pensa ser necessário amar a profissão, “saber lidar com pessoas, amar pessoas”, ter flexibilidade, dar carinho e estar “disposto a aprender, ver as situações de outro jeito” para ser assistente social.

3. Lucas

Lucas é um homem negro de dezoito anos, evangélico e não soube informar sua renda familiar. Ele estuda no turno da manhã.

O entrevistado conheceu o Serviço Social através de amiga assistente social.

Antes de ingressar na faculdade o mesmo cogitou cursar Psicologia, entretanto optou pelo curso atual. O motivo que levou Lucas a cursar Serviço Social é sua vontade de ajudar, considerando não o saber fazer, resolveu entrar na faculdade para aprender.

O entrevistado entende que Serviço Social é “mediação e formação de políticas”. E que é responsabilidade do assistente social mediar o acesso às políticas, assim como informar, ajudar, apoiar e acompanhar os usuários, além de identificar e apontar a necessidade de implementar políticas.

Lucas entende que é preciso gostar da profissão para ser assistente social.

4. Gizele

Gizele é uma mulher negra de dezenove anos, católica, com renda familiar variável – sua família é composta por trabalhadores autônomos. Antes de iniciar o curso de Serviço Social, a caloura cursou Ciências Sociais na Universidade Estadual do Rio de Janeiro durante três períodos. Gizele é aluna do turno da manhã.

Esta aluna tem assistentes sociais em sua família, mas também informou que o processo de orientação profissional também serviu como meio de conhecer o Serviço Social.

A mesma relatou que se identificava com o curso de Ciências Sociais, com as matérias mais especificamente, todavia, não se identificava com o campo e a forma de atuação. A entrevistada considera o mercado de trabalho muito restrito, dependendo de concursos para a área da Educação e mesmo se fizesse pesquisa teria que dar aula.

Desta forma, Gizele, optou pelo Serviço Social, por julgar ter um mercado de trabalho mais amplo e com mais oportunidades. Ela também diz se identificar com o curso, acreditando que combina com sua personalidade. A aluna acrescentou que tem vontade de “trabalhar com pessoas”.

A caloura respondeu que Serviço Social é “aprender”, “crescimento” e “garantir direitos”. E que é papel do assistente social “garantir direitos”.

Para esta aluna uma pessoa precisa “estudar, aprender, ter força de vontade e não ter preconceitos” para ser assistente social.

Vale destacar que Gizele foi a única entrevistada a não utilizar o termo “ajuda” durante a abordagem.

5. Raquel

Raquel é uma mulher negra de vinte e oito anos, bolsista que não possui vínculo com nenhuma religião. Ela é natural de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, moradora de uma das favelas da cidade. A mesma veio para o Rio de Janeiro por causa da faculdade. Anteriormente cursava Letras/Literatura, mas largou o curso para começar Serviço Social. Raquel é uma aluna do período da noite.

Durante a aula de Introdução ao Serviço Social problematizou sobre a dificuldade dos alunos se manterem na universidade, apontando para a importância da assistência estudantil e da luta pelo “bandejão”.

Raquel relatou que seus amigos do curso de Letras/Literatura diziam que ela “levava muito pro social, levava tudo pro social”.

A mesma diz se identificar com a profissão, por causa de sua realidade como moradora de favela no Rio Grande do Sul, assim como sua participação em movimentos negros. Outros fatores que influenciaram esta escolha foram “seus anseios para a sociedade”, sua vontade de trabalhar a valorização das mulheres negras através da literatura. Acrescentou que pretende ser um “ponto positivo” da favela onde mora.

Raquel diz ter conhecido o Serviço Social através de assistentes sociais com que teve contato nos trabalhos voluntários e movimentos sociais que participava.

De acordo com a entrevistada, o Serviço Social “não é só ajudar, é dar suporte” e “não é só ser assistente social, tem outros caminhos”.

Nas palavras da mesma, o assistente social “é um conforto para quem tem problema”, “fonte de busca”, presta assistência e também atua “como se fosse um psicólogo, só que não”.

Raquel também acredita que é preciso ter vontade para trabalhar com o público e amar a profissão para ser um assistente social.

6. Tamara

Tamara é uma mulher parda de quarenta e nove anos, cristã, com renda familiar de três salários mínimos. Ela é graduada em artes cênicas, cursou pós em “atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica” e trabalha como técnica administrativa. Tamara é estudante do turno da noite.

A aluna respondeu que conheceu o Serviço Social através dos projetos em que realizava trabalho voluntário, e através de colegas assistentes sociais.

Segundo a caloura, a escolha pelo Serviço Social começou na casa da mesma, uma vez que sua mãe é oriunda de segmentos mais pobres da sociedade e seu pai, ao longo de sua vida, teve “mais oportunidades” que sua mãe. Desta forma, ela teria sido criada para “viver num mundo com menos diferença e desigualdade”.

A mesma relatou que costumava participar como voluntária de projetos sociais em diversas favelas da cidade, utilizando o teatro como ferramenta. Tamara acrescentou que em algumas ocasiões alunos compartilhavam com ela situações de abusos que sofreram, e que se sentia limitada nestes momentos, o que se tornou um dos motivos de cursar Serviço Social.

A entrevistada tentou mestrado em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, ocasião onde pretendia escrever sobre intervenção em situações de emergência e desastres naturais. Neste momento seu projeto foi recusado, porém ela estabeleceu contato com assistentes sociais, sendo o momento em que iniciou sua pós-graduação. Agora, ela pretende fazer especialização abordando o tema das intervenções artísticas junto a famílias em situação de violência doméstica, projeto este que articula junto com colegas assistentes sociais.

Ainda sobre sua escolha pelo curso, Tamara disse que deseja “fazer um momento melhor no encontro, melhorar a vida das pessoas, mas sem utopia”.

Quando perguntada sobre o que é o Serviço Social, a mesma resumiu sua resposta em “servir o mundo”.

E, de acordo com a mesma, o assistente social “ajuda as pessoas”, “dá carinho” e se identifica com as mesmas.

Tamara pensa que para ser assistente social é necessário ter “entendimento do que dá pra fazer, a despeito da remuneração” e ser “realista e consciente da realidade da profissão”.

7. Diego

Diego é um homem pardo de vinte anos, sem filiação com nenhuma religião e com renda familiar de um salário mínimo. Relatou ter trabalhado durante um ano, mas abandonou o emprego para estudar para o ENEM. Diego é aluno do turno da noite.

O calouro acredita “ter tudo a ver com o Serviço Social” uma vez que foi nascido e criado numa favela em São João de Meriti e ter sempre estudado em escola pública. Acrescentou que sempre gostou de política e de projetos sociais, e por causa disso, passou a

estudar mais sobre ciências políticas. Diego ficou em dúvida sobre cursar Ciência Política ou Serviço Social. Também mencionou a vontade de permanecer estudando até o doutorado.

Ainda relatou participar de projeto social na GRES Beija-Flor, o que considera também ter “tudo a ver” com o curso. Acrescentou que tem o desejo de se formar para criar projetos como este.

Outro motivador de sua escolha foi amplo mercado de trabalho, citando a área pública e privada em sua resposta, e o que ele considera um “salário legal”.

Diego informou que tem uma amiga assistente social e que pesquisou na internet sobre a profissão, sendo estes os meios que o levaram a conhecer o Serviço Social.

Para o entrevistado, Serviço Social é “poder ajudar as pessoas”, os “direitos que o governo não garante”, além de ser a profissão do assistente social.

Quando perguntando sobre o que faz o assistente social e o que é preciso para ser um, Diego respondeu não saber responder nenhuma das perguntas.

8. Thaynan

Thaynan é uma mulher branca de dezenove anos, sem vínculos religiosos e não soube informar sua renda familiar. A mesma é formada em telecomunicações. Thaynan é aluna do turno da noite.

A entrevistada conheceu o Serviço Social através de uma assistente social, no caso mãe de uma amiga. A mesma também pesquisou sobre o assunto na internet antes de entrar para a faculdade.

Thaynan revelou que “sempre quis lidar com pessoas” e escolheu cursar Serviço Social para “ajudar a sociedade” e “transformar” a mesma. Acrescentou que sempre gostou de

política. Também disse ter escolhido o curso por “prazer e realização pessoal, apesar da remuneração”.

Quando perguntada sobre o que é o Serviço Social, a mesma respondeu que é uma “atividade que foca no bem-estar e na igualdade das pessoas”, além de “trabalhar com políticas públicas”.

Quanto à atuação profissional, a aluna acredita que assistente social “ajuda a população desprovida de conhecimento solucionar seus problemas” e “dá uma luz”.

Thaynan entende que uma pessoa precisa “se colocar no lugar dos outros”, ser “realista”, “atenciosa”, “compreensiva” e “humana” para ser assistente social.

ANEXO 2

ENTREVISTAS

NOME: _____

IDADE: _____ SEXO: _____ COR/RAÇA: _____

OUTRA FORMAÇÃO: _____

OCUPAÇÃO: _____

RENDA: _____

COMO CONHECEU O SERVIÇO SOCIAL?

POR QUE ESCOLHEU O SERVIÇO SOCIAL?

O QUE É SERVIÇO SOCIAL?

O QUE FAZ O ASSISTENTE SOCIAL?

O QUE É UMA PESSOA PRECISA PARA SER ASSISTENTE SOCIAL?

